ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE UMA AGENDA XXI DA COMUNIDADE CAIÇARA DO POUSO DA CAJAÍBA

MÔNICA CRISTINA CABELLO DE BRITO

Engenheira Agrônoma

Orientador: **Prof. Dr. MARCOS SORRENTINO**

**Dissertação apresentada a Escola
Superior de Agricultura “Luiz de
Queiroz”, Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Ciências, Área de
Concentração: Ciências Florestais**

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

Dezembro de 2000.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - Campus "Luiz de Queiroz"/USP

Brito, Mônica Cristina Cabello de

Elaboração participativa de uma Agenda XXI local da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba / Mônica Cristina Cabello de Brito. - - Piracicaba, 2000.

1 50 p. : il.

Dissertação (mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2000.
Bibliografia.

1. Conservação ambiental 2. Educação ambiental 3. Participação social I. Título

CDD 333.707

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

*À Ceci, que me fez lembrar o poder do
"pirlimpimpim" e que sonhar o futuro e fazê-lo juntos, é
possível!!!*

*Ao Klaus, meu companheiro e amigo que salpicou de
beleza e arte o meu caminho e que me apresentou ao
Pouso da Cajalva.*

*À Dona Dery e Seu Machado, meus pais, que
fixeram de mim uma criança feliz.*

*Ao Marcos Sorrentino que vi no meio do
caminho, curvi e me aproximei. Tem o dom de ensinar
olhando nos olhos, sabe nos ajudar a encontrar caminhos
e buscar respostas e pensa com o coração.*

Agradecimentos

Ao CNPq pela bolsa oferecida.

À Fapesp por ter dado o auxílio a esta pesquisa.

Ao Departamento de Ciências Florestais por me abrir às portas para o mestrado.

À Delia, Amigo, Seu Alípio e Dona Maria por terem me acolhido tantas vezes no Pouso e pelas longas conversas sobre a floresta e o mar.

À toda a comunidade do Pouso da Cajaíba por terem parte e fazerem parte deste trabalho.

Ao Klaus por ter me acompanhado, tantas vezes, no trabalho de campo, feito as filmagens, e contribuído nas reuniões em que eu não podia estar por ter sido mãe. À Silvana e Maria que, também, contribuíram neste momento.

Ao Vitor, Ilza e Cristina companheiros de turma de mestrado que ouviram tantas vezes as minhas dúvidas e reflexões sobre o trabalho de tese.

A Maria Paula e Cláudio do xerox, companheiros de graduação, que com capricho fizeram surgir os volumes desta tese.

Ao Gil pela edição do vídeo.

À Marili e Zuma pelas correções de português.

E a todos que contribuíram para que este trabalho fosse possível, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	3
LISTA DE TABELAS	4
RESUMO	5
SUMMARY	6
APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Caracterização do Pouso da Cajaíba	15
1.2. Porquê trabalhar com Agenda XXI Local	21
1.2.1. Agenda XXI numa perspectiva de organização da Comunidade	22
1.3. Participação e Educação Ambiental	27
1.4. Comunidade caiçara	33
1.5. A questão ambiental	37
1.6. Objetivos	41
2. MATERIAL E MÉTODOS	43
2.1. Metodologia qualitativa e pesquisa-ação	43
2.1.1. Planejamento incremental articulado	46
2.1.1.1. O que foi planejado	47
2.1.1.2. O que foi planejado e o que aconteceu de fato	50
2.2. Técnicas utilizadas	55
2.2.1. Pré diagnóstico	55
2.2.2. Caderno de campo	56
2.2.3. Entrevistas semi-estruturada	59
2.2.4. História oral	59
2.2.5. Reuniões	61
2.2.6. Triangulação de dados	63

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
3.1. Os Caiçaras e sua relação com o meio	64
3.1.1. As moradias	64
3.1.2. A roça	65
3.1.3. A pesca	67
3.1.4. A fauna e a flora	68
3.1.5. Os espaços e tempos	71
3.2. O processo de elaboração da Agenda XXI	73
3.2.1. Vem a tona os problemas e conflitos	73
3.2.2. A organização para possíveis ações	90
3.2.3. Participando, conhecendo, agindo...Agindo, conhecendo, participando	97
3.2.4. A Agenda XXI do Pouso da Cajaíba	103
3.3. Conclusões	115
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5. BIBLIOGRAFIA	122
6. ANEXOS	129
6.1. Primeira reunião	130
6.2. E-mails recebidos por turistas com casa no local	135
6.3. Estatuto da ASMAPOCA - Associação dos Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba	137
6.4. Artigos de jornais sobre o Pouso da Cajaíba	145
6.5. Carta de uma caiçara à um juiz local	148
6.6. Caderneta de Campo	150

Lista de Figuras

Figura 1: Saída no cais de Paraty	07
Figura 2: Vista da baía do Pouso	08
Figura 3: Barquinho de papel	14
Figura 4: Vista geral do Pouso da Cajaíba	16
Figura 5: Canoa de voga	17
Figura 6: Mapa da APA do Cairuçu	18
Figura 7: Pesca com rede de espera	19
Figura 8: Pesca do camarão	20
Figura 9: Tacho de cobre onde se torra a farinha de mandioca	34
Figura 10: Roça de mandioca	35
Figura 11: Turistas desembarcando na praia trazidos pelos barcos de pesca	37
Figura 12: Mulheres aguardando nossa primeira reunião	52
Figura 13: Nestas andanças conheci a Dona Dica...	57
Figura 14: ...e a Dona Ziléia que queria aprender a ler.	58
Figura 15: Conheci os “quintais agroflorestais” de mandioca, cana, banana, coco, siriguela e outras	58
Figura 16: Filmagem da história oral com o Dr. Alípio	61
Figura 17: Reunião para discutir a formação da Associação, onde alguns não couberam dentro da sala, participando através da janela	62
Figura 18: Sr. Alípio, Dona Maria, os netos e eu na casa de farinha	66
Figura 19: Caça da Cotia com arma de fogo	68
Figura 20: Dona Dica	70

Figura 21: Acúmulo de lixo próximo a um bambual, que serve como depósito.	77
Figura 22: Barracas e acúmulo de lixo	82
Figura 23: Espaço para camping delimitado após as reuniões	83
Figura 24: Acúmulo de turistas em feriado	85
Figura 25: Igreja evangélica que fica na encosta	88
Figuras 26,27,28 e29: Colocação da placa solar	101
Figuras 30 e 31: Posto de saúde utilizado como depósito de sucata	102
Figuras 32 e 33: Reativação do posto de saúde	103
Figura 34: Saída do Pouso da cajaíba	120
Figuras 35 e 36: Caminho de volta à Paraty	121

Lista de Tabelas

1. Visualização da Agenda XXI do Pouso da Cajaíba	104
---	-----

Elaboração Participativa de uma Agenda XXI Local da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba

Autora: Mônica C. Cabello de Brito

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino

RESUMO

O presente trabalho pretende fomentar e analisar um processo de educação ambiental voltado à elaboração de uma Agenda XXI Local da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba, Paraty - RJ, situada na reserva ecológica da Joatinga. A Agenda será elaborada através de um processo de pesquisa - ação que visa à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local.

A pesquisa pretende descrever e analisar diferentes modalidades de participação em relação aos diversos grupos da comunidade. Dentre as técnicas para apreensão da realidade e descrição e avaliação do processo destacam-se: história de vida, entrevista, estudo do meio, mapeamento e diagnóstico de problemas ambientais e de qualidade de vida, reuniões para análise e proposição de soluções diante da visualização de alternativas desejadas de futuro, descrição densa e triangulação de informações para análise situacional.

Como resultados, podemos apontar que a participação gerou a organização de uma associação que propiciou ações; as ações angariaram mais pessoas que começaram a participar e a propor outras ações; a participação e a ação parecem ter aumentado a criticidade das pessoas. Assim, acreditamos que houve um processo educativo que levou a ações positivas em relação à qualidade de vida e do meio.

Participative Elaboration of an “*Agenda XXI Local*” of the Pouso da Cajaíba “*Caiçara*” Community.

Author: Mônica Cabello de Brito

Advisor: Dr. Marcos Sorrentino

SUMMARY

This paper foments and analyses a process of Enviromental Education, dealing with of an “Agenda XXI Local” elaboration, with the *caiçara* community of Pouso da Cajaíba, Paraty – R.J., situated in the “Reserva Ecológica da Joatinga”. This “Agenda XXI Local” will be elaborated through a process of research-action that aims the improvement of life quality and environment. The research describes and evaluates, different modalities of participation of distinct groups of the community. **This modalities of participation include:** histories of life, interviews, environmental studies, mapping and diagnosis of environmental and life quality problems, meetings and solution proposals based on visualization of desired future alternatives.

APRESENTAÇÃO

Fig. 1: Saída no cais de Paraty.

...saindo de Paraty, era grande a expectativa para conhecer o lugar descrito como um Paraíso de águas claras e limpas, de gente calada, de homens do mar e de mulheres que ficavam à espera de seus maridos... para mim, uma lenda, um romance dos povos dos mares. A mata Atlântica, diziam-me, também faz parte daquele cenário! Paraty ia ficando para trás, com suas igrejas e casarões bem ao longe, o barulho do motor do barco e o cheiro de óleo queimado, combinados com o balanço do mar foram me dando certo enjôo, mas a expectativa de conhecer o paraíso ainda permanecia. A viagem é longa, duas horas e meia, mas quando avistamos a Praia do Pouso da Cajaíba..... que sonho, realmente era um paraíso aos meus olhos!!! O desembarque é feito de canoa, um pouco difícil, mas naquele momento, tudo parecia uma aventura, uma primeira vez.

Fig. 2: Vista da baía do Pouso

Rapidamente, alguns homens, mulheres e crianças aproximaram-se para nos ajudar a tirar a bagagem da canoa. Eram pessoas caladas, cumprimentaram o Klaus, meu companheiro, que já há algum tempo freqüentava o local e me olhavam com curiosidade, mas sem falar nada! Naquele momento, não sabia muito bem como agir, todos pareciam não querer muita conversa, pareciam misteriosos e eu não conhecia seus costumes. Seguimos uma trilha que subia o morro, onde ficam as casas da vila; o caminho era íngreme e um tanto difícil de subir com a bagagem que, agora, pesava como um grande fardo a ser carregado morro acima. Via-se, nitidamente, por onde as águas da chuva passavam e iam arruinando o caminho. Meu olhar de agrônoma já via ali uma grande erosão!

Mas a natureza, ali tão presente, era exuberante: bromélias, cantos dos mais diferentes pássaros, mar azul, límpido e calmo e a certeza de estar de férias!!!

Férias, por estar longe das muralhas da universidade, mas perto o bastante da curiosidade que me acompanha desde a infância, esse desejo incessante de saber mais, de conhecer mais, e eis mais um lugar cheio de mistérios, cheio de caminhos até então desconhecidos para minha alma. Sentia vontade de conversar com aquela gente, saber seus costumes, conhecer suas casas, comer de suas comidas, participar das festas... Logo fomos visitar o “Seu” Alípio, um pescador dos seus setenta anos de idade, morador do local desde pequeno, e a Dona Maria, sua esposa. Aquela casinha de barro com bambu, a mesa de madeira rústica marcada pelo tempo, um grande tacho de cobre no canto e uma tripeça de madeira que mais parecia um pilão gigante compunham o cenário. Mais tarde, vim a saber que o grande pilão servia para apertar a massa da mandioca no tipiti, artefato de lascas de bambu, herdado da cultura indígena que por lá já fez histórias. Depois, a massa de mandioca vai para o tacho de cobre, onde se mexe daqui e dali até virar farinha bem torradinha para comer com feijão e peixe. A conversa foi noite a dentro e o cheiro de café quentinho enchia minha boca. Logo me apaixonei por aquela gente que ainda mantinha uma certa distância de mim, enquanto que tratavam o Klaus como um amigo querido, o qual há muito não viam. Foi ali que decidi observar muito, ficar calada para ouvi-los e conhecer seus costumes; sentir aquela gente e querê-los tão bem quanto eu via que o Klaus os queria, e era querido com tanta reciprocidade.

Nos dias que se seguiram pude experimentar um pouquinho de tudo: andar de canoa, comer peixe tirado da rede, “indagorinha” como dizem eles, tomar café de garapa (passado com a garapa da cana), prostrar com algumas mulheres na beira da praia, caminhar naquela mata tão Atlântica, sentir o cheiro de esgoto correndo a céu aberto, ver a quantidade de lixo espalhado na comunidade, ver o quanto os dentes das crianças eram mal cuidados, e muito mais.....

Fui embora com a sensação de querer fazer algo, de entender os porquês da destruição do Paraíso, da cultura da gente dali. Quis pesquisar, quis ir a fundo, conversei com o meu amigo Marcos Sorrentino que, como eu, acredita que o ser humano possa ser feliz e elaboramos um projeto de pesquisa para mestrado.

O caminho que percorri até aqui foi por vezes prazeroso, instigante, desafiador no sentido de busca de soluções para os problemas que nos afligem, mas também árduo, quando conheci a realidade dos centros de pesquisa, a falta de recursos, os jogos políticos, a competição e a falta de transparência na distribuição das verbas destinadas à pesquisa. Convivi por sete longos meses com as burocracias de uma entidade financiadora de pesquisa, solicitei recursos e que, em sete meses nem sequer fez algum comentário sobre o conteúdo do projeto enviado para análise. Foram inúmeros telefonemas sem nenhuma explicação clara do que estava acontecendo com o processo, inúmeros e-mails que nunca foram respondidos e a desilusão por ter que modificar o meu projeto inicial por falta total de recursos. Depois de 10 meses, pude então receber a negativa de bolsa e a aprovação de parte dos recursos de apoio à pesquisa solicitados. Percebi que não há prioridade para essa linha de pesquisa. Isso tudo me fez refletir sobre as prioridades do nosso próprio país, dos caminhos percorridos pelos nossos políticos, e entendi que justamente por somar todas essas dificuldades, é que tinha o dever de empenhar-me no que havia me proposto a fazer.

Há, às vezes, fatos que nos fazem renovar os sentidos para a existência humana e esse fato foi o sentimento de um novo ser que eu estava gerando, que viria ao mundo antes mesmo que eu concluísse o meu trabalho de pesquisa. Enchi-

me de energia e fui ao campo com a sede de saber mais, de buscar mais, de entender mais.....

E hoje me sinto gratificada por ter percorrido esse caminho, por ser mãe e mulher em meio a tantos obstáculos, por ter entendido melhor o significado da vida, o que em parte posso traduzir em sentimentos através das palavras de Fernando Pessoa...

Eros e Psique

Fernando Pessoa

*Conta a lenda que dormia
uma princesa encantada
a quem só despertaria
Um infante, que viria
De além do muro da estrada.*

*Ele tinha que, tentado,
vencer o mau e o bem,
antes que já libertado,
deixasse o caminho errado
por o que à princesa vem.*

*a princesa adormecida,
se espera, dormindo espera.
sonha em morte a sua vida,
e orna-lhe a fronte esquecida,
verde, uma grinalda de hera.*

*longe o infante, esforçado,
sem saber que intuito tem,
rompe o caminho fadado.
ela dela é ignorado
ela para ele é ninguém.*

*mas cada um sabe o destino-
ela dormindo encantada,
ele buscando-a sem tino
pelo processo divino
que faz existir a estrada.
e se bem que seja obscuro
tudo pela estrada fora,
e falso, ele vem seguro,*

*e, vencendo estrada e muro,
chega onde em sonho, ela mora.*

*E, inda tonto do que houvera,
a cabeça, em maresia,
ergue a mão, e encontra hera,
e vê que ele mesmo era
a Princesa que dormia.*

“A transgressão metodológica é acompanhada pela falta de compromisso com uma linguagem técnica rígida, desprovida de emoção. São toleráveis, para não dizer aconselháveis, novas formas de expressão na produção científica, com as quais imprimamos nos textos nossa marca pessoal. A nova linguagem será a do coração”

Adyr Balastrieri Rodrigues

1) INTRODUÇÃO

“(…) Seja como for a vida, de tão interessante que é a todos os momentos, a vida chega a doer, a enjoar, a cortar, a roçar, a ranger, a dar vontade de dar pulos, de ficar no chão, de sair para fora de todas as casas, de todas as lógicas, de todas as sacadas e ir ser selvagem entre árvores e esquecimentos.” (Fernando Pessoa)

A intenção da pesquisa - ação aqui relatada foi a de contribuir para a elaboração participativa de uma Agenda XXI Local da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba, analisando os impactos desse processo na Educação Ambiental e na transição dos anseios individuais para uma ação coletiva sintonizada com as demandas de uma cidadania fortemente inspirada nos ideais ambientalistas, conforme o caracterizaremos mais adiante.

1.1. Caracterização do Pouso da Cajaíba

O Pouso da Cajaíba é uma comunidade situada na reserva Ecológica da Joatinga, mais precisamente na enseada do Pouso, no extremo sudeste do Estado do Rio de Janeiro, sendo acessível somente por barco ou trilha para pedestres a qual se inicia em Parati - Mirim. Essa área marinha é circundada por formações montanhosas em que sobressaem o Pico do Cairuçu (1070m), o Pico da Cajaíba (667m) e outros menos íngremes. Apresenta um clima úmido, com altos índices pluviométricos (1500 - 2400mm/ano), principalmente no verão (Diegues, 1992:17).

Figura 4: Vista Geral do Pouso da Cajaíba

Segundo Brito, (2000:179):

"a reserva da Joatinga, é a primeira a definir como um de seus objetivos, expresso em seu decreto de criação, o fomento 'a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste decreto" (dec. n 17.981/92, art. 4). Também a APA (mesmo que não expressando em seus objetivos de criação) tinha como uma de suas motivações assegurar a proteção da natureza, paisagens de grande beleza cênica, espécies de fauna e flora raras e ameaçadas de extinção, sistemas hídricos e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema.(...)a Reserva da Joatinga está inserida no domínio Mata Atlântica, localizando-se no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, no município de Parati"

Mussolini (1980), citado por Diegues, (1992:20) diz que “a população local, genericamente denominada de “caiçara” é fruto da miscigenação entre o índio, o colonizador europeu e o negro. As tecnologias patrimoniais de fabricação de farinha, de instrumentos de pesca, de construção de canoa sertão profundamente marcadas pela influência indígena.”

Figura 5: Canoa de voga

Mapa da APA do Cairuçu e enseada do Pousó

Mapa da APA do Cairuçu e enseada do Pousó

Essa região contempla a APA do Cairuçu e a Reserva Ecológica da Joatinga e apresenta, segundo Diegues (1992:17), “vestígios claros de sua história ecológica, isto é, a história da relação entre o ser humano e a natureza. Não somente há ruínas de vários engenhos de cana de açúcar, que remontam ao século passado, mas também marcas de várias atividades humanas ligadas a ciclos econômicos do passado (....) Há, sobretudo, os momentos mais importantes dessa história, na memória dos mais velhos que, por sua vez, narram a história dos “antigos”, de personagens quase míticas, escravos fugidos e ex - escravos que fundaram alguns povoados, como o da Praia do curupira.”

Figura 7: Pesca com rede de espera

É bastante presente entre os moradores do Pouso da Cajaíba a relação com o meio natural, através da atividade de pesca, caça esporádica, roçado de mandioca, retirada de madeira para construção de casas e canoas de voga e muitos são os conhecimentos sobre o meio natural que passaram de gerações para gerações e que podem contribuir para solucionar os problemas enfrentados no presente, caminhando, assim, com esperanças renovadas rumo ao século XXI. Com o passar dos anos, essa relação tem encontrado muitos problemas, seja pelo consumo cada vez maior de gêneros alimentícios industrializados, advindo das cidades, gerando dessa forma uma quantidade maior de lixo não-orgânico, seja pela relação com o turismo mais freqüente, contribuindo para a transformação da cultura local.

Figura 8: Pesca do camarão

No entanto, para que a comunidade toda possa discutir seus aspectos positivos e negativos, procurando soluções e resgatando conhecimentos e valores perdidos, é preciso que haja participação, é preciso “fazer parte, tomar parte e ter parte” (Bordenave, 1983:22,). Este trabalho propõe-se à elaboração participativa de uma Agenda XXI do Pouso da Cajaíba, um processo que além de discutir ações concretas para melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, aponte para diretrizes, crie espaços de locução, em que a participação seja ponto de partida. Mas afinal, por que trabalhar com Agenda XXI Local?

1.2. O Porquê de trabalhar com Agenda XXI Local

A Agenda XXI, documento assinado por mais de 150 chefes de Estado durante a Rio 92, propunha a elaboração, até 1996, de Agendas XXI Locais, na quais a comunidade discutisse amplamente as questões ambientais que percorrem todos os campos da ciência: econômica, política e social, de forma interdisciplinar. É preciso rever historicamente a situação ambiental local, percorrer as leis, buscar soluções tecnológicas, estimular ações de organização social, criar espaços de discussão, avaliar conceitos, valores e posturas, enfim, fazer uma educação ambiental e, assim, dentro de uma proposta participativa, propor ações para o séc. XXI. A construção desse documento é um instrumento bastante interessante quando se pensa em organização popular, participação e educação ambiental.

Desde 1977, quando a ONU realizou a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, celebrada em Tbilisi, já se recomendava que:

“mediante a utilização dos avanços da ciência e da tecnologia, a educação deve desempenhar uma função capital, com vistas a criar a consciência e a melhor compreensão dos problemas que afetam o meio

ambiente. Essa educação há de fomentar a elaboração de comportamentos positivos de conduta com respeito ao meio ambiente e a utilização dos seus recursos pelas nações” (UNESCO, 1980:9).

O próprio processo participativo constitui-se instrumento indispensável de educação para o ambiente. Quando se participa, há a necessidade de busca de habilidades, para o convívio com o grupo (coletivo) que troca idéias, discute, constrói valores, vivencia, busca soluções e parte para a ação. Essa percepção local deve propiciar uma conexão com o todo, inserindo-se num contexto planetário.

Tundisi e Silva (1999:10) colocam que:

“Um ponto importante na agenda 21 se refere à necessidade permanente de contribuição e participação das comunidades as quais, respeitando a cidadania, dão condições para a necessária continuidade no processo, que é o que muitas vezes falta no Brasil e em muitos outros países. Esta continuidade deve ser desenvolvida com a participação ativa da população e a incorporação de suas idéias, projetos e sonhos no Desenvolvimento Sustentado, fruto das ações e propostas da Agenda 21”.

1.2.1. Agenda XXI Local numa perspectiva de organização da Comunidade

“Cantamos porque o sol nos reconhece e porque o campo cheira a primavera e porque neste galho, naquele fruto, cada pergunta tem sua resposta. Cantamos porque chove sobre o surco e somos militantes da vida e porque não podemos nem queremos deixar que a canção se torne cinza” (Mário Benedetti)

Desde a “Rio 92”, instituições governamentais ou não, ligadas à questão ambiental, têm procurado desenvolver experiências de implantação de Agendas XXI Locais.

Segundo Ribeiro et al. (1997:244):

“O processo de implementação da Agenda XXI tem sido gradual, transformando as políticas e as mentalidades e traduzindo esse pensamento em ações práticas pontuais ainda pouco aprofundadas. Trata-se de um embrião de mudança cultural, cuja aceleração poderá se dar pela consciência e percepção da necessidade de mudanças(....) Qualitativamente, a maioria das ações tem pouca abrangência e amplitude, centrando-se em aspectos específicos para caracterizarem uma abordagem sistemática e ampla da implementação da Agenda XXI”.

Algumas experiências de Agenda XXI local acreditaram na importância da participação em todo o seu processo e outras nem tanto. No município de São Paulo puderam-se detectar duas experiências que exemplificaram essa polaridade no campo da participação:

- A agenda XXI de São Paulo, elaborada pelos técnicos da Prefeitura, num processo coordenado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, com consultas a técnicos da Prefeitura lotados em outros setores e com palestras de especialistas em diversas áreas do conhecimento;
- O Programa “Educ-Ação Ambiental” do PROCAV II que iniciou a implantação, em São Paulo, de agendas “do pedaço” - grupos de relacionamento ou convivencialidade existentes nas áreas de sub-bacias hidrográficas, localizadas nas zonas norte e leste do município de São Paulo, em torno a rios e córregos da cidade:

“o programa de Educação ambiental se desenvolve em muitas frentes, sempre lado a lado com a comunidade: em sua primeira etapa, realizam-se pesquisas e se estabelecem parcerias com entidades como as sociedades amigos de bairro, escolas, centros de juventude e associações locais, para identificar problemas e propor soluções. A partir de então, realizam-se reuniões periódicas, eventos, oficinas, cursos de capacitação e outras atividades. Através de grupos de pesquisa-ação participativa, formam-se oficinas de futuro que trabalham na construção de Agendas 21 do Pedaço (micro-locais), possibilitando uma efetiva participação da população na construção de um futuro melhor.”(Cógito/ECOAR, 1998)

Os erros e acertos, as dificuldades e os sucessos destas e de outras experiências que estão acontecendo no país, tornam claro que ainda há muitos caminhos a serem trilhados, descobertas a serem feitas, respeitando-se sempre a particularidade de cada local, comunidade, pedaços de um Brasil tão grande. Mas pôde-se também depreender desses trabalhos, que o processo participativo de elaboração de Agendas XXI Locais é um importante processo de educação ambiental, propiciando a cada indivíduo sentir-se parte das soluções dos problemas sócio - ambientais da comunidade e do planeta.

Como afirma Dias (1992:110), “a Agenda XXI é um programa de ações de mais de 800 páginas que não restringe a educação ambiental à Seção IV. A educação ambiental está presente em quase todos os 39 capítulos do documento prevendo ações até o século XXI”.

Segundo Cordani et al. (1997:231), “a Agenda XXI é um imã para criar, atrair e potencializar forças, promovendo uso mais eficiente de recursos humanos, naturais e econômicos limitados. Tal alinhamento é necessário para evitar desgastes e perdas de potência sociais, e para conduzir a resultados com economia e eficácia. A Agenda XXI é instrumento para influenciar políticas públicas, e exercer atração sobre vontades individuais e coletivas, infletindo processos de

degradação social, ambiental e de empobrecimento econômico. Ela alinha a energia que move a ação, norteia e orienta ações, promove sinergias.”

Von der Weid (1999:2), coloca que:

“No Brasil as iniciativas em curso de construção das Agendas 21 que visam ao desenvolvimento local integrado já têm identificado uma riqueza de caminhos possíveis para o fortalecimento da capacidade organizacional das localidades. Os processos de mudanças concretas na qualidade de vida e no sistema de gestão local encontra-se ainda em fase inicial de construção, mas podem vir, no entanto, a sofrer um esvaziamento, se não ocorrer, simultaneamente o apoio político e financeiro dos governos locais” .

É preciso que haja um esforço do poder público integrando suas ações a um processo de gestão que valorize a participação da sociedade na construção e implementação dessas agendas XXI. “Políticas públicas sólidas voltadas para implementação das agendas regionais e nacional, integradas aos múltiplos processos mobilizadores da sociedade, é o que vai garantir o sucesso das nossas agendas rumo ao desenvolvimento sustentável. (Van der Weid, 1999:3)

Como diz Brandão (1994:224), “implementar a Agenda XXI é entre outros, organizar e institucionalizar a participação e a democracia; conscientizar atores envolvidos; promover esclarecimento e mobilização social; processo de contágio e inoculação de propostas integradoras nas práticas tradicionais; introduzir princípios sustentáveis...”. E, mais do que isso, é resgatar valores de culturas que priorizam o respeito e a harmonia com o meio natural, princípios que sempre estiveram presentes, por exemplo, nas raízes culturais caiçaras, na qual a observação do meio natural era premissa básica para garantir o sustento da comunidade, através dos ensinamentos dos ventos que levam ao mar e à pesca, das

estrelas que guiam as embarcações nas noites escuras e no roçado de mandioca integrado à mata local.

Sorrentino e Tassara (1999:186) argumentam que “a participação da população é entendida como essencial não só na construção dessas agendas como também na sua implantação” tomando para si todo o processo, vivenciando experiências no coletivo e com isso auto educando-se.

Sorrentino e Tassara (1999:189) ainda nos dizem que:

“As experiências em curso, as análises de especialistas e as expectativas da sociedade organizada apontam para agendas participativas , que orientem na construção e desfrutem de um terceiro milênio , em que os antigos sonhos de felicidade para todos os humanos (de liberdade, igualdade, justiça, de paz e amor, da solidariedade planetária, da equidade, propostos por profetas, religiosos, revolucionários, idealistas e humanitários de todos os tipos e tempos) se materializem.”

Assim, as agendas XXI locais podem se constituir em forte instrumento de promoção de diálogo na coletividade, na busca de soluções locais para problemas do planeta, como é o caso do aquecimento global.

O planejamento e a implantação de Agendas XXI em âmbito local merecem, portanto, conforme ressalta Sachs (1993:64, 65), alta prioridade no panorama pós -“Rio 92”.

1.3. Participação e Educação Ambiental

O ser humano tem a capacidade de tomar para si as responsabilidades da gestão de seus espaços na busca de melhorias em termos de qualidade de vida e do meio em que vive, sendo a participação um importante instrumento para a educação ambiental e vice-versa.

Segundo Sotero (1985:11):

“A questão da educação e da participação é da maior importância para a “construção da democracia e a promoção do desenvolvimento com justiça”, não apenas porque a educação é um direito de todos os cidadãos, mas também porque ela é um instrumento indispensável para exercer a cidadania. A educação coloca, à disposição dos indivíduos, os instrumentos e as informações necessárias para que uma autêntica participação seja possível”.

Assim a educação ambiental, segundo Sorrentino (1998: 277,278), deve ter algumas características básicas, que podem servir de parâmetros para a avaliarmos:

- “ - instigar o indivíduo a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais da coletividade;*
- estimular uma visão global (abrangente/holística) e crítica das questões ambientais;*
- estimular um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes;*
- possibilitar um conhecimento interativo através do intercâmbio/debate de pontos de vista;*
- propiciar um auto-conhecimento, que contribua para o desenvolvimento de valores, atitudes, comportamentos e habilidades;”*

Novo (1985), Sorrentino (1988), Carvalho (1991), Dias (1992), Tristão (1993), Manzochi (1994) entre outros autores, ao estudarem a história da educação ambiental afirmam a sua orientação de dirigir-se à comunidade. “Deve interessar ao indivíduo em processo ativo, para resolver seus problemas no contexto de realidades específicas e deve fomentar a iniciativa, o sentido de responsabilidade e o empenho em edificar um futuro melhor” (Dias 1992:63). Um objetivo fundamental da educação ambiental é lutar para que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente (...) e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente, na prevenção e solução dos problemas ambientais e na gestão da qualidade de vida e do meio ambiente (Carvalho, 1980:32).

Em qualquer comunidade é preciso mais do que procurar entender os seus costumes, crenças e tradições; é preciso que haja um processo de “pertencimento” por parte da comunidade dos seus problemas para que a busca de soluções seja efetiva. O papel do educador ambiental passa a ser o de facilitador de processos de obtenção de informações e de sua codificação, de acordo com as necessidades dos participantes que constroem o seu conhecimento coletivo sobre a sua realidade e potencializam-se para transformá-la na direção das utopias coletivas.

“A educação existe onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra (...) Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser” (Brandão, 1985:13).

Dessa forma, é possível afirmar que a educação ambiental tem um papel importante a cumprir na relação entre os diferentes grupos sociais, tentando, através da participação popular, buscar na história local, perceber, sentir, modificar, criar formas de ações conjuntas que possibilitem uma melhoria da qualidade de vida e do meio. Essa participação gera um processo educativo ativo e dinâmico, necessário, segundo Diegues (1992:28) para a existência de uma sociedade sustentável, além da sustentabilidade ambiental, social e política.

Nessa perspectiva de participação, não há espaço apenas para o conhecimento especializado. Como poetiza Alves (1995:16), a respeito do especialista: “(...) não chamei paisagista. Paisagistas são especialistas em jardins bonitos, mas não era isto que eu queria. Queria um jardim que falasse. (...) não chamei paisagista porque, por competente que fosse, ele não podia ouvir os recados que eu ouvia. As saudades dele não eram as saudades minhas (...)”. A participação na concretização de ações, que sejam condizentes com as necessidades do ser humano, por melhoria da qualidade de vida e do meio que habitam, também pode ser ilustrada pela afirmação de Gadotti e Gutierrez (1993:27):

“A participação, quando existe de fato, é necessariamente educativa. Em outras palavras, a participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que se produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dar-se-ão ações concretas de transformação social, e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade”.

O estímulo à participação deve propiciar uma sintonia entre os desejos individuais e os anseios coletivos, propiciando a cada pessoa envolvida incluir-se em ações que estejam em sinergia com o todo, ainda que pontuais.

A análise da participação na busca de soluções para os problemas ambientais e de qualidade de vida, enquanto instrumento importante para a educação ambiental, é compreendida, neste trabalho, não apenas como participação efetiva em termos de ações concretas, mas também como participação política e participação afetiva. Iremos aqui tentar orientar o leitor para aquilo que irá caracterizar estes “tipos” de participação.

A participação política aqui se caracteriza pela compreensão do indivíduo da sua ação na coletividade, da cidadania local e planetária, em que a necessidade organizacional perpassa a necessidade de discussão dos problemas individuais tratados como do coletivo e os do coletivo tratados como pertencentes a cada indivíduo da comunidade. Segundo Dallari (1996:10), a:

“política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”, portanto a participação política implica numa organização de grupos sociais em torno de problemas comuns, da coletividade, não mais cabe aqui, os interesses puramente individuais. Há uma compreensão de que mesmo problemas que atinjam determinado grupo, ainda que específico, sejam problemas de responsabilidade de toda a comunidade.

Dallari (1996:11), ainda nos diz que:

“Independentemente da forma adotada e dos meios utilizados para a tomada de decisão, podemos chamar de política:

- a organização social que procura atender à necessidade natural de convivência dos seres humanos;*
- toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade.”*

Quando se participa politicamente da vida da comunidade, há uma troca de informações que leva o indivíduo a questionar o funcionamento da própria sociedade, tornando-se mais crítico e, assim, tendo a necessidade de buscar aprimorar e ampliar a sua práxis. Desse modo alimentamos um processo educativo sem fim. Esse processo educativo potencializa o indivíduo para ações mais concatenadas com a realidade local, não esquecendo de que há um mundo maior onde todas as coisas estão interligadas. Dessa forma a participação política também tende a ser mais objetiva e mais eficaz.

Scarsi (1985:11) coloca a educação como essencial para a participação na construção da democracia, já que é um instrumento indispensável para se exercer a cidadania.

Sorrentino e Tassara (1999:186) centram a questão da participação no contexto de Agendas XXI locais:

“ - como instrumento pedagógico, que possibilite o envolvimento de cada um com o projeto coletivo e que fomenta os sentimentos de pertencimento e importância de si para o todo, para os outros para o ambiente, e pertencimento e importância do outro e do ambiente para a minha realização como pessoa;

- como estratégia de planejamento, que possibilite aproveitar os conhecimentos e contribuições de cada um e propicie a divisão de tarefas e as avaliações entre todos;*

- como filosofia, como ética, em que o bem-estar e a felicidade de todos e de cada um é o que importa e os direitos da minoria são respeitados e valorizados Na manutenção da diversidade e na sua permanente possibilidade de expressão reside o nosso maior segredo de viabilidade enquanto espécie e enquanto vida neste planeta.”*

A participação vai além do exercício da cidadania enquanto dimensão política. É preciso falar de sentimentos como o amor ao próximo, carinho,

amizade, “fazer brilhar os olhos”, empatia, “calor humano”; é aquele calor que faz com que o abraço seja “quente” e carinhoso, fatores que movem a vontade de estar junto, de discutir, de buscar a felicidade que pode ser de todos. Mas isso tudo é utópico? Para que a resposta seja “não”, é preciso revermos as nossas posturas enquanto pesquisadores, é preciso sermos pesquisadores “amantes”, é preciso “brilho nos olhos”, é preciso atenção para os detalhes, o tempero no banquete que torna o sabor mais agradável. Participação afetiva é a que alimenta a fome da alma do indivíduo. É no coletivo, que podemos dividir as nossas preocupações, os nossos sonhos, sonhar juntos e talvez seja isso o que move a nossa vontade de participar.

A educação ambiental tem um papel fundamental, não só na possibilidade de percepção do ser humano em seu meio, construindo a sua cidadania, mas na possibilidade de valorizar emoções e sentimentos de amor, carinho, desejos vitais de ver o outro feliz e, assim, ser feliz também.

Barbier em seu texto “A Escuta Sensível na Abordagem Transversal” fez os meus olhos brilharem diante do que lia, pois ao falar sobre amor e sentimentos, nos falava sobre participação:

“entrar no sentimento é aceitar ser receptivo em relação ao mundo, que sempre nos fala de modo diferente. É aceitar estar “vazio”, como o círculo por onde passa o eixo da roda que move o veículo, de acordo com a imagem da sabedoria chinesa tradicional(...)

Ele (o amor) não é aprendido através de “experiências” sistemáticas dentro de grupos marginais. Não é transmissível por uma “educação” escolar, ou mesmo por uma “cura” psicanalítica de tendência didática. É o resultado de uma itinerância de vida assumida em experiências de alegrias e de angustias” (Barbier, 1998:196).

Barbier ainda fala de uma sensibilidade ecológica:

“A sensibilidade ecológica faz com que nos sintamos envolvidos, implicados, por fatos, acontecimentos, situações que se referem ao equilíbrio da vida na terra. Essa sensibilidade ecológica leva a uma sensibilidade ética. O sentido da ligação desperta-nos para o sentido da bondade. É “bom” aquilo que se pode ligar à vida em seu conjunto dinâmico. Esse sentimento ético pode obrigar-nos a comportamentos contestadores e perturbadores, que discordam da “moral” dominante” (Barbier, 1998:185).

1.4. Comunidade Caiçara

Apetrechos de pesca largados nas praias ou recolhidos a miseráveis ranchos, juntamente com as canoas; ruínas de casarões e taperas, de velhos engenhos de aguardente ou das sedes de outrora importantes fazendas de café; capoeiras, roças, árvores de pomar; estreitas trilhas cruzando-se, em todas as direções, e entrelaçando as peças, vivas ou mortas, dos povoados de praia são outras marcas sensíveis do apego humano pelas estreitas planícies da marinha (Adans, apud, França, 2000:107)

Diegues, (1996:14) define comunidades tradicionais como:

“As populações e culturas tradicionais não-indígenas, são, de forma geral, consideradas “camponesas”, e são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. Elas incluem os “caiçaras” que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.(...)Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra”.

Ainda segundo Barreto (1997:39):

“As populações tradicionais são representadas pelos índios e os “caiçaras” descendentes de índios, negros, portugueses e também, de numerosos piratas que visitavam este litoral. Os “caiçaras” representam uma população que tem um tipo de vida característico, sempre vivem perto do mar, de onde sai sua principal fonte de alimento, o peixe.”

Figura 9: Tacho de cobre onde se torra a farinha de mandioca

É nítida a presença de descendentes, tanto de índios, como de negros e europeus no Pouso da Cajaíba; basta olhar para a gente dali, seus costumes, tradições e também para as muitas histórias que são contadas pelos mais antigos. Os roçados de mandioca, a casa de farinha, os artefatos como o tipiti, objeto utilizado para extrair a massa da mandioca participam desse passado.

Barreto (1997:40, cita Siqueira (1989) que diz:

“A prática da agricultura foi herdada dos índios, fazendo um rodízio em pequenas áreas desmatadas, as quais são queimadas antes do plantio da mandioca (matéria prima da farinha, alimento diário), feijão e milho. Também fazem o plantio, próximo a suas casas, de culturas perenes como a banana, coqueiros, café e “fruteiras” (termo usado pelos caiçaras), laranja, jaca, manga, fruta pão, abacate, cana, goiaba, pitanga, etc”

Figura 10: Roça de mandioca

No Pouso da Cajaíba todos são pescadores artesanais, produzem para a venda e são dependentes dos intermediários.

Silva (1998:94), citando a pesquisa de Mussoline (1980):

“Aponta que o contexto da vida fechada que se desenvolveu no litoral brasileiro possibilitou uma aproximação intensa e íntima das populações rurais litorâneas com a natureza, onde quase tudo para a sobrevivência provém do meio imediato. O trabalho da pesca artesanal demonstra uma estreita relação entre o pescador, a terra, o mar e o céu, o que torna difícil determinar os limites entre um espaço e outro. A pesca artesanal revela os fios que entrelaçam seres e espaços de forma semelhante aos fios que fazem uma rede de pescar”.

Hoje, é nítida a diferença das novas gerações em relação aos antigos que tratavam a natureza como organismo vivo, responsável pela manutenção daquela gente. Hoje a mata é tratada como fonte de matéria prima que supre as necessidades de desenvolvimento da comunidade. Nesse contexto de mudança surgem as atividades de turismo. Como coloca Luchiari, (1992:87):

“Este foi um período de transição para a economia e cultura caiçara. É o momento de ruptura do isolamento onde as transformações econômicas e sócio-culturais começam a se materializar no espaço construído, no espaço de convivência das famílias e nas atividades produtivas. As construções residenciais se multiplicam, o comércio, os serviços de abastecimento e infra-estrutura despertam nas comunidades novas necessidades de consumo. O contato direto com as populações dos centros urbanos passa a delinear outra transformação: a dos hábitos e dos costumes. (...) a atividade pesqueira começa a se dissociar da lavoura e se transformar em principal atividade econômica(...) destruindo a antiga autonomia decorrente da auto-suficiência alimentar”.

Fig.11: Turistas desembarcando na praia, trazidos pelos barcos de pesca.

Segundo Barreto (1997:41), hoje em dia, grande parte da população caiçara e seus descendentes já estão ligados às atividades urbanas, como caseiros, na construção civil, em órgãos públicos, etc.

Atualmente, o grande desafio é o de conciliar interesses econômicos, sociais e culturais com o ambiente desta região, atendendo às comunidades caiçaras e indígenas remanescentes.

1.5. A questão ambiental

“A problemática ambiental, ao questionar ideologias, propõe a questão da participação democrática da sociedade na gestão dos recursos atuais e potenciais, assim como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a

*ótica da sustentabilidade ecológica e da equidade social”
(Jacobi,1997:2).*

Não podemos negar que este fim de século foi marcado pela crescente preocupação com o meio ambiente, ao presenciarmos a degradação da vida humana e da biosfera de forma tão alarmante. No entanto, também podemos ver que, por muitos anos, e ainda hoje, os problemas sócio-ambientais são tratados isoladamente, de forma estanque e não enfrentados através de sua complexidade. Como coloca Capra, (1996:23) “são problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes”. Rodhe (1998:41) também comenta que “o findar do nosso século assiste ao definhamento do paradigma cartesiano-newtoniano, substituído por uma visão de mundo integradora, sística, conjuntiva e holística”.

Como diz Santos (1997: 296), “de todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional”. Para tanto é preciso que o planeta assuma uma postura de mudança de hábitos poluidores, fazendo das responsabilidades pela não-degradação ambiental, um exercício eqüitativo para os países do Norte e do Sul.

Não podemos desconsiderar que, para atingir um desenvolvimento sustentável, é preciso atentarmos para as relações de forças internacionais, para os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países do terceiro mundo à tecnologia, para as relações desiguais de comércio, desfavoráveis a estes

últimos e, ainda, para a oposição das multinacionais a propostas tecnológicas contrárias a suas estratégias globais. (Diques, apud Rediclift, 1987).

Se o objetivo do desenvolvimento é promover o bem estar social e econômico, o objetivo da conservação ambiental é assegurar a capacidade da terra para sustentar esse processo e assegurar a vida. Essa interação ajuda o estabelecimento do desenvolvimento sustentável, através da idéia conjunta da conservação dos recursos e do desenvolvimento, na busca da satisfação das necessidades básicas da humanidade, igualdade e justiça social, integrada a determinações sociais próprias de cada local e diversidade cultural como, ainda, na manutenção da integridade ecológica (IUCN, 1987).

Rodhe (1998:42) aponta seis fatos importantes que demonstram a insustentabilidade do sistema atual em que o crescimento econômico impera a qualquer custo:

- o crescimento contínuo e permanente em um planeta finito;
- a acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza;
- a ultrapassagem de limites biofísicos;
- a modificação de ciclos biogeoquímicos fundamentais;
- a destruição dos sistemas de sustentação da vida;
- a aposta constante nos resultados da tecnociência para minimizar os efeitos causados pelo crescimento.

As tecnologias reducionistas também contribuíram para que houvesse degradação ambiental, não respeitando as interações entre os vários sistemas, assim como as realidades ecológicas, sociais e econômicas de locais diferentes. (Amstaldem, 1995:318).

E ainda acredito que poderíamos acrescentar a esta lista mais uma série de fatos ligados a valores humanos e ética. Portanto o papel da ciência é de fundamental importância neste momento da história do planeta, uma ciência que não estabeleça fronteiras mas que seja integradora.

Ao pensarmos em sustentabilidade do planeta, é preciso pensar em gestão de seus recursos, uma gestão que faça parte não apenas da agenda de políticos e administradores, mas uma agenda que tenha a caligrafia de cada cidadão, que faça parte do seu dia a dia, da sua realidade, da realidade do meio em que vive e de suas reais possibilidades.

Desta forma Sorrentino (1997:5) coloca que:

“O fortalecimento da autonomia local e da compreensão/ação global passa por tecnologias social e ecologicamente apropriadas, pelo desenvolvimento de conhecimentos, pela construção de estruturas políticas e modelos econômicos que as fomentem e facilitem”.

Esse entendimento sobre a necessidade de trabalharmos uma nova ética que leve em consideração valores como a solidariedade é essencial para a sobrevivência do planeta e dos seres humanos. MacNeill (19--: 23) exemplifica:

“Os efeitos destrutivos da perda de florestas sobre a ecologia e a economia são cada vez mais evidentes. A remoção de florestas nas terras altas está diretamente ligada às crescentes inundações nas baixadas e ao assoreamento de rios e represas. Esse é um problema cada vez mais sério em países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas é especialmente agudo em áreas tais como as planícies do Paquistão, Índia e Bangladesh,

onde o bem-estar de mais de 400 milhões de habitantes das terras baixas depende de como 46 milhões de montanheses administram suas terras”.

Macedo e Pellegrino (1996:159) colocam que as perdas dos recursos ambientais, paisagísticos e de bancos genéticos são muito grandes e quando recuperáveis sua regeneração se faz por meio de procedimentos demorados e de custos sociais elevados. As ações oficiais ou particulares para a sua conservação são pontuais e têm-se mostrado razoavelmente ineficazes (a não ser por poucas exceções).

No caso das unidades de conservação, há a adoção de planos de manejo, mas o problema é que estes planos, segundo Brito (2000:79):

“Não têm considerado, com a devida importância, a participação dos atores sociais direta ou indiretamente afetados pelas unidades. Mesmo os trabalhos mais recentes, como o roteiro técnico para a elaboração e revisão de planos de manejo em áreas protegidas de uso indireto, não aprofundam esse ponto suficientemente. A forma de participação proposta é um Seminário, ao término das etapas de levantamento dos aspectos Gerais da Unidade de Conservação, para subsidiar a elaboração dos programas de manejo”.

1.6. OBJETIVOS

Objetivo geral

- contribuir para o desenvolvimento de metodologias participativas e diretrizes para implementação de Agendas XXI Locais;
- estimular a participação crítica da população, na gestão dos seus espaços, na melhoria da qualidade de vida e na construção de um futuro mais feliz.

Objetivos específicos

- estimular e apoiar a elaboração de uma agenda XXI da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba - Paraty, através do envolvimento participativo de grupos locais, para que se possa analisar esse processo enquanto instrumento para a educação ambiental;
- descrever o processo participativo de elaboração da Agenda XXI Local, analisando dificuldades e sucessos, de forma a contribuir para a implantação de outras ações nesse mesmo sentido;
- analisar diferentes parâmetros de participação como instrumento para educação ambiental;
- contribuir para a realização de ações concretas da comunidade, em relação à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

2. MATERIAL E MÉTODOS

“A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem que compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento inter-subjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético”

(Boaventura de Souza Santos)

2.1. Metodologia qualitativa e pesquisa-ação

Esta pesquisa - intervenção educacional fundamentou-se nos princípios das metodologias qualitativas e mais especificamente na pesquisa-ação. Patton (1980:11) afirma que “a metodologia de pesquisa qualitativa contribui para as comunidades desenvolverem programas que auxiliem no entendimento da realidade, aflorem os conflitos e busquem soluções para os problemas”. Portanto, mostra-se como uma metodologia interdisciplinar (Denzin & Lincoln, 1994:3), pois busca entender a realidade através de um pensamento complexo, utilizando-se de várias áreas do conhecimento. Thiollent (1985:7) comenta que “a pesquisa - ação é uma linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação”.

Essa perspectiva metodológica auxiliou na proposta deste trabalho em buscar um aprofundamento sobre a questão da participação da comunidade na busca de soluções para os problemas de qualidade de vida e do meio. Essa participação é de fundamental importância, quando pensamos em como se dá o processo de educação ambiental, e mais do que isso, a transição entre o saber e o

entender para a vontade de buscar soluções e propor ações, dos desejos individuais para os anseios coletivos.

Como diz Thiollent (1984:83) “a Pesquisa - ação supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação (...). Em geral, trata-se de uma ação planejada, de uma intervenção com mudanças dentro da situação investigada”. Bruyne (1991:238) afirma que “a pesquisa-ação, visa ao mesmo tempo, conhecer e agir; sua abordagem é uma espécie de dialética do conhecimento e da ação.”

Haguette (1992:117) ainda diz que “o componente didático - pedagógico da educação arrefece os pruridos epistemológicos relativos à interferência do educador - pesquisador junto ao pólo pesquisado, justificando-a como função inerente ao próprio processo educativo.” Dessa forma cabe ao pesquisador - educador a função de disponibilizar repertórios e fomentar a participação em torno de uma ação coletiva.

Lüdke & André (1986:7) nos colocam que a pesquisa - ação apareceu como nova proposta de abordagem na pesquisa em educação, com soluções metodológicas diferentes, na tentativa de superar, pelo menos, algumas das limitações sentidas na pesquisa até então realizada em educação.

Rodrigues (p. 15, 16, 1997) nos coloca que :

“O paradigma emergente vai muito longe, acabando com a rigidez do método. Admite-se a pluralidade metodológica, ousada transgressão da ciência pós-moderna. Desvencilhada do método, que sempre funcionou como uma camisa de força, a pesquisa será administrada pelo bom senso do pesquisador. Nada mais instigante, como dissemos

no início. Cada um poderá dirigir seus trabalhos na direção em que acredita que devemos privilegiar temas de relevância social que dêem à sociedade respostas para seus anseios mais profundos, para suas necessidades mais prementes. Assim conduzida suprir-se-á na pesquisa o que for fosso entre sujeito e objeto, dicotomia até então mal-resolvida nas ciências sociais.”

Segundo Viezzer (1994:53), a pesquisa participante gera na comunidade um processo de auto diagnóstico ou auto conhecimento, a fim de que os seus membros não só fiquem conscientes do problema, mas que conheçam as causas responsáveis e procurem soluções. (...). O termo utilizado pela autora, pesquisa participante está contido na pesquisa - ação que vai além, através do compromisso com uma transformação do contexto social, político, ecológico e cultural daquela comunidade, no que tange à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. Assim, o WWF (1996:113) coloca que “a comunidade deve cuidar do seu próprio ambiente” participando da elaboração de diretrizes e ações que conservem esse ambiente e proporcionem uma melhoria na qualidade de vida. Demo (1995:09,10) afirma que “a participação é um processo e pode ser visualizado como instrumento e como fim. Como instrumento, perfaz a metodologia fundamental da política social, no sentido de que a população é real interessada e precisa se organizar em torno de seus interesses legítimos. Como fim, quer dizer democracia e qualidade de vida; ou seja, sociedade desejável é aquela que representa a satisfação dos interesses legítimos da maioria. Na prática é muito difícil separar os dois momentos, mesmo porque não se chega à democracia a não ser por métodos democráticos”.

Pretende-se, portanto, que a participação:

- seja ponto fundamental para o processo de educação ambiental, gerado nesta pesquisa - ação;
- proporcione um aumento da reflexão e de espaços de discussão sobre a realidade local no que tange à qualidade de vida e do meio;
- contribua para organizar a comunidade para a ação concreta na elaboração de uma agenda de diagnósticos, diretrizes e ações.

Assim, o meu papel, enquanto pesquisadora, foi o de estimular e apoiar a participação em espaços coletivos de discussão, disponibilizando informações referente às necessidades apontadas pela comunidade e estimulando a busca de informações em outras fontes (comunidades vizinhas, prefeitura etc.), como também os de sistematizar os dados neste processo, de forma a comunicá-los na modalidade de uma dissertação de mestrado, de artigos, de vídeo e de outras formas de comunicação que se demonstrem apropriadas para a compreensão de públicos distintos.

2.1.1. Planejamento incremental articulado

Inicialmente, havíamos feito um planejamento de atividades a serem desenvolvidas durante a pesquisa o qual, ao longo do tempo, foi sendo adaptado conforme as demandas apontadas pela população local.

Essa prática de redelineamento do planejamento possibilita que haja uma maior participação da comunidade em todo o processo, o que já se pressupõe na pesquisa ação. Melo (1986), citado por Diniz (1999:74), define incrementalismo articulado como uma estratégia adaptativa, fundamentada em dois pontos:

“1) A implementação de mudanças num sistema social deve ocorrer de maneira gradual, na qual cada ação realizada é avaliada à luz de critérios de desenvolvimento. Os resultados dessa avaliação são a base para estabelecer qual o próximo melhor movimento;

2) Os critérios de desenvolvimento são fornecidos pelo estabelecimento de diretrizes de planejamento derivados do sistema de valores daqueles afetados pelo processo. Essas diretrizes definem um caminho desejado, determinando a direção geral que articula as ações realizadas”

Assim, a pesquisa-ação aqui descrita foi, ao longo do tempo, assumindo novas técnicas e conteúdos estabelecidos pelos participantes e pelos sentimentos que tive durante a coleta de dados e os diálogos com outros pesquisadores.

2.1.1.1. O que foi planejado

Esse foi o plano inicial de trabalho em 1998:

Plano de Trabalho

Este plano de trabalho foi elaborado diante de um planejamento prévio por parte da pesquisadora, o qual irá sofrer modificações definidas pelos participantes, ao longo do processo respeitando, assim, suas reais necessidades e percepções.

1. Pré diagnóstico - o pré diagnóstico consiste em etapas necessárias ao desenvolvimento do trabalho de pesquisa-ação:

- reconhecimento inicial da comunidade através de observação (costumes, valores, religião etc);
- aproximação da comunidade;
- manutenção de um contato afetivo com a comunidade.

2. História oral - será feito um levantamento da história de vida de três moradores mais antigos do Pouso da Cajaíba, dois homens e uma mulher com mais de 80 anos, através de entrevistas semi-estruturadas, utilizando o auxílio de um gravador de mão e filmagem com câmera de vídeo. Esse material será

utilizado, posteriormente, como instrumento de auxílio na elaboração da Agenda XXI Local. As gravações serão transcritas para a linguagem escrita.

3. Entrevistas semi estruturadas: serão feitas entrevistas com algumas pessoas da comunidade para que se possam levantar alguns dados, devendo também, convidar essas pessoas para a pesquisa. Os grupos de entrevistados serão os seguintes:

- homens
- mulheres
- jovens acima de 14 anos
- turistas eventuais
- turistas com casa no local
- profissionais que atuam na comunidade: professores e agentes de saúde
- crianças

4. Estudo do meio: serão feitos estudos do meio na comunidade com os homens, mulheres, jovens, crianças e turistas com casa no local, através de coleta de imagens (desenhos, fotos etc) para que se possam perceber os problemas, as experiências bem sucedidas, as coisas boas existentes no local e mapeá-los, num processo coletivo de aprofundamento dos conhecimentos do grupo, subsidiando-os para as tomadas de decisão das etapas seguintes na elaboração da Agenda.

5. “Oficina de Futuro”: levantamento dos problemas ambientais e ações positivas já percebidos no coletivo e mapeados no estudo do meio, conforme o grupo: mulheres, homens, jovens, crianças e turistas com casa no local. Visualização do que se deseja para o futuro em relação à melhoria da qualidade de vida e do meio, e sugestão de ações para que se possa chegar até o que se deseja no

futuro. Essas etapas serão realizadas através de diferentes instrumentos (grupos focais, desenho, maquete e outras dinâmicas de grupo),

6. Montagem de Comissão junto à comunidade: comissão representativa de todos os grupos apontados pela comunidade, para sistematização de todas as informações levantadas, a fim de elaborar ao final uma Agenda de ações a Agenda XXI Local

7. Sistematização da 1ª versão do documento base: serão sistematizados todos os diagnósticos potenciais e desejos de futuro, referentes aos diferentes grupos participantes, para que sirvam de base para a elaboração da agenda XXI Local .

8. Retorno para a comunidade da 1ª versão do documento-base e discussão: esse retorno será feito através de reunião com toda a comunidade. Será o primeiro momento de junção dos diferentes grupos.

9. Sistematização da 2ª versão do documento base: nesse momento serão sistematizadas e corrigidas todas as sugestões de mudança feitas no 1º retorno

10. Retorno da 2ª versão do documento base e discussão: esse retorno será feito por escrito, através de reunião com a comunidade e de modalidades de diálogo definidos com os participantes.

11. Sistematização da Agenda XXI Local: será feita uma sistematização global do que se discutiu durante todo o processo, através de vídeo, texto escrito e de outras modalidades definidas com os participantes.

12. Divulgação, encaminhamentos e diretrizes: será entregue a toda a comunidade o documento final, Agenda XXI Local, para que, a partir dele, possam ser feitos outros encaminhamentos, os quais serão decididos pela comunidade.

13. avaliação dos dados coletados na pesquisa - intervenção e redação da dissertação

2.1.1.2. O que foi planejado e o que aconteceu de fato

Num primeiro momento, foi feito um pré-diagnóstico da comunidade através de observação de costumes, religião, problemas ambientais existentes, organização social da comunidade e número de moradores, além de um levantamento, através de dados secundários, da região e das populações caiçaras.

Após essa etapa, foi feita a história de vida e do local através de história oral com três moradores mais antigos da comunidade: Sr. Pedro, Sr. Alípio e Dona Dica. Esta história oral foi gravada em fitas cassete e transcritas para análise. Além desse recurso, utilizamos a filmagem em vídeo, para servir como subsídio para a elaboração da Agenda XXI Local.

Houve, ainda, a necessidade de um convite formal junto aos moradores de diferentes grupos para a pesquisa-ação. Isso foi feito através de entrevistas semi-estruturadas com mulheres (M), homens (H), turistas com casa no local (TC) e crianças (C). Essas entrevistas gravadas e transcritas, e serviram também como levantamento inicial dos problemas e das soluções existentes na comunidade, além de material de análise da pesquisa. Fizeram-se 14 entrevistas ao todo. As

entrevistas aconteciam, muitas vezes ao ar livre quando algumas pessoas se aproximavam para ouvir e, depois, sempre surgia um bate-papo informal, momento em que eu colocava o que estava fazendo e o porquê disso.

Após as entrevistas, algumas mulheres quiseram formar um grupo de alfabetização. Iniciamos, então, com 9 mulheres, 5 senhoras que queriam aprender a ler e a escrever e 4 jovens que já eram alfabetizadas, mas queriam adquirir mais conhecimentos. A idéia inicial era a de que uma dessas jovens pudesse dar continuidade ao processo de alfabetização, quando eu não estivesse na comunidade. Esse movimento fez com que muitos jovens pescadores, e até mesmo os mais idosos, viessem me procurar explicitando a vontade que tinham de ser alfabetizados. Infelizmente, não conseguimos encontrar um meio para formarmos um grupo também de homens, por falta de educador de fora ou mesmo da comunidade que se dispusesse a ensinar a ler e a escrever. Além disto, o fato de esses homens só disporem de tempo à noite, aliado à falta de energia elétrica contribuiu, na época, para a não- formação de um grupo de alfabetização dos homens.

Figura 12: Mulheres aguardando nossa primeira reunião.

Uma vez feito o convite à comunidade, formaram-se grupos de M, H, J, TC e C para que pudéssemos fazer nossa primeira reunião, na qual levantaríamos os problemas existentes na comunidade e faríamos um primeiro estudo do meio, a fim de perceber problemas e experiências bem sucedidas existentes no local e mapeá-los. Essa primeira reunião foi feita, em momentos distintos, com H e com M. A subdivisão do grupo de jovens foi eliminada, pois algumas peculiaridades, como o fato de os caiçaras casarem-se muito cedo, aos dezesseis, dezessete anos, fez com que houvesse uma certa dificuldade em saber quem participaria das reuniões dos jovens e quem participaria das reuniões dos homens e mulheres, portanto, juntos, optamos pela exclusão do grupo dos jovens. Em outra reunião, juntamos os turistas com casa no local (TC) para que pudéssemos discutir também o Pouso da Cajaíba. Como ficava difícil nos encontrarmos mais vezes, em nossa reunião não

só levantamos os problemas mas também discutimos possíveis soluções e contribuições que cada um poderia dar.

No primeiro conjunto de reuniões cada subgrupo elegeu algumas experiências para um estudo do meio, colhendo detalhes de como algumas outras comunidades lidavam com os problemas semelhantes aos encontrados no Pouso. Alguns se propuseram a pegar o Estatuto da Associação de Moradores da Ponta Negra, comunidade próxima dali, e conversar com seus moradores; outros queriam conversar com a Prefeitura para saber sobre a possibilidade de o barco que traz a professora para o Pouso transportar de volta o lixo gerado na comunidade; outros, ainda, queriam visitar a criação de mariscos numa praia próxima e trazer informações, e assim por diante... Esse seria, então, o nosso estudo do meio. Pretendíamos registrar tais fatos através de fotos, relatos, entrevistas etc., trazendo para o grupo informações importantes que contribuíssem com a elaboração do documento que iria compor a Agenda XXI de todos. Nesse momento, foram feitos apenas relatos, pois não dispúnhamos ainda de equipamentos que nos permitissem registrar imagens destas visitas, conversas feitas para o estudo do meio.

Assim, finalizamos em cada subgrupo H, M, TC um primeiro levantamento e o sistematizamos num único documento (anexo 6.1.) que foi digitado por mim e enviado a todas as famílias, pelo correio. Nessa etapa, foi apontada pela comunidade uma comissão representativa de todos os grupos para que, em conjunto, pudéssemos sistematizar o primeiro conjunto de reuniões, assim como as próximas e distribuir os documentos que chegavam pelo correio. Ficou, então, acordado que as sugestões de modificação e acertos iriam sempre ser discutidas nas reuniões que se seguiriam.

Essa divisão em grupos, (H, M) foi bastante interessante num primeiro momento mas, por motivos de conflitos na comunidade, algumas mulheres que sentiam a necessidade de explicitá-los, sugeriram a junção dos grupos homens e mulheres, já na segunda reunião.

Assim se seguiram a segunda e terceira reunião, nas quais começamos a discutir a formação de uma Associação que iria tratar das questões apontadas pela comunidade, como forma de organização.

Pudemos trabalhar com imagens sobre a comunidade através de projeção de slides, à noite, na beira da praia, onde, num telão improvisado com lençóis e bambu, a comunidade pôde ver, em 3 momentos diferentes, fotos que mostravam aspectos positivos e negativos apontados por moradores e fotografados por mim, assim como imagens das pessoas da comunidade.

Um fato bastante importante foi o meu afastamento da moderação das reuniões e atividades, por estar no sétimo mês de gravidez, em abril de 1999. Dali por diante, foram feitas reuniões somente dos caiçaras sem uma moderação externa. Essa moderação externa se deu em dois momentos quando os moradores do Pouso pediram ajuda na montagem do estatuto final da Associação de Moradores (anexo 6.3) e para composição das comissões que responderiam por essa Associação. Nesse momento, as duas reuniões foram conduzidas por um Eng. Fl. e duas estagiárias. Durante o período de ausência recebi telefonemas quinzenais dos moradores relatando o que estava acontecendo, e também telefonemas e e-mails de turistas com casa no local relatando as atividades (anexo 6.2). Em algumas reuniões, nesse período, foi relatada a presença de alguns outros turistas. No mês de novembro de 1999, retomei as atividades no local.

Fizemos, então, mais algumas reuniões para que pudéssemos discutir o andamento da Associação e as ações que estavam acontecendo na comunidade. Ao longo de todo processo o número de participantes por reunião foi crescente. Nas primeiras reuniões, tivemos uma média de quinze participantes por reunião, no auge da discussão sobre a criação da Associação tivemos presentes nas reuniões por volta de quarenta moradores. Após a criação da Associação a média de participantes era de 15 a 20 pessoas.

2.2. Técnicas utilizadas

Foram utilizadas técnicas previstas no planejamento original - pré-diagnóstico, história oral, entrevistas semi-estruturadas, estudo do meio, reuniões; adaptadas ou incrementadas por novas técnicas pois, muitas vezes, foi preciso seguir uma certa “intuição”, sentimentos que vinham com o desenrolar da pesquisa, com as conversas com o povo do lugar, com as minhas observações e com diálogos com outros pesquisadores.

2.2.1. Pré-diagnóstico

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico da comunidade para que se pudesse conhecer um pouco sobre a problemática ambiental daquele lugar. Esse diagnóstico foi feito através de observações diretas nas conversas com os moradores e nas longas caminhadas pelo Pouso da Cajaíba. Tentei, durante essa etapa, ser bastante observadora (imagens, falas, sons, cheiros...) deixando os sentimentos mais presentes e o silêncio também, tentando, assim, seguir os costumes locais como forma de não transgredir, naquele momento, as "regras" de

convívio social daquela gente. Era uma forma de ser "aceita no grupo". Essas "regras", também fui percebendo através do tempo.

Todo esse período foi bastante importante, não apenas para que eu pudesse conhecer um pouco melhor o local, seus costumes, crenças e tradições, mas também para que as pessoas pudessem me conhecer . Dessa forma, nos envolvemos por um sentimento de amizade. Todas as observações e sentimentos foram registrados num caderno de campo.

2.2.2. Caderno de campo

Havia me proposto, desde o começo, a ouvir, sentir e observar, para poder entender um pouquinho daquela realidade e, também, para buscar falas e fatos que respondessem as minhas perguntas em relação a este projeto. Comecei, então, a anotar tudo o que achava relevante para a pesquisa. As anotações tentavam fixar seu foco na questão da participação e também serviam como um diário de memórias e reflexões. Era como um diálogo comigo mesma, durante os períodos, em que eu ficava na comunidade. Isso possibilitava que eu não me esquecesse, enquanto estava mergulhada no Pouso da Cajaíba, dos pensamentos, sentimentos e das sensações que tinha em relação à pesquisa.

Assim, comprei um caderno de brochuras, grande, difícil de carregar e que chamava a atenção de todos... Foi quando tive contato com Meyer (1998:57) que mostrou onde eram feitas as anotações de Guimarães Rosa em "A Boiada" : "(...) para logo a seguir anotar em sua cadernetinha pendurada no pescoço." Segui então, essa dica e comprei caderninhos de anotações que me acompanharam pelo lugar. (anexo 6.6.)

Fig.13: Nestas andanças conheci a Dona Dica...

Fig.14: ...e a Dona Ziléia, que queria aprender a ler.

Fig. 15: Conheci os “quintais agroflorestais” de mandioca, cana, banana, coco, siriguela e outras.

2.2.3. Entrevistas semi-estruturadas

Necessitava de um início, de algo que pudesse servir como um “acender as chamas” da pesquisa-ação, um convite aos moradores e turistas com casa no Pouso da Cajaíba, a trilharem junto comigo essa caminhada. Foi assim que elegi a entrevista semi-estruturada como forma de “levantar a poeira”, soltar a “pulga detrás da orelha” daquelas pessoas, iniciando, então, um debate sobre a questão de qualidade de vida e meio ambiente, participação e organização.

Elaborei um roteiro básico que procurava compreender dois pontos iniciais: os problemas e pontos positivos na visão dos moradores do Pouso. O tempo de duração era bastante variado, pois algumas pessoas falavam bem pouco e de forma tímida, enquanto outras viam ali um momento de desabafo e falavam bem mais. A maioria das entrevistas aconteceu ao ar livre, na presença de outras pessoas.

As entrevistas foram feitas com homens, mulheres, crianças e turistas com casa no local. Cada entrevista era observada por outros moradores e, dessa forma, eu ia divulgando, convidando ao trabalho de pesquisa-ação. Numa comunidade, de certa forma isolada geograficamente, o simples fato de ter alguém de fora, já gera certa curiosidade e, assim, ficava mais fácil essa "divulgação".

2.2.4. História oral

Ouvi muitas histórias durante as visitas ao Pouso da Cajaíba. Algumas de escravos e grandes fazendas, de lugares do passado que hoje se encontram escondidos entre grandes árvores, no meio da mata, da mesma mata que retomou o

espaço que antes era seu. Ouvi, também, muitas lendas, principalmente, as que falam dos mistérios do mar. Foi com a curiosidade de saber um pouco mais sobre o tempo antigo daquele lugarejo, que tentei reconstituir um pouco da história através de conversa na beira do fogão de lenha, no terreiro da casa e na casa de farinha junto ao Sr. Alípio (67), Dona Dica (83) e Sr. Pedro (65).

Para o processo da História Oral elaborei um roteiro guia que, basicamente, procurava explorar como fora o Pouso da Cajaíba de antes, em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida, e a opinião dos mais antigos de como e por que mudou (caso se falasse em mudanças). As conversas feitas com o Sr. Pedro e o Sr. Alípio aconteceram na casa de farinha do Sr. Alípio, em momentos diferentes e com a Dona Dica em sua casa. Tiveram uma duração média de cinquenta minutos a uma hora.

A História Oral, Segundo Freitas (1996:3):

“é uma técnica de pesquisa que utiliza a entrevista e outros procedimentos no registro de narrativas da experiência humana. De abrangência multidisciplinar, este método tem sido sistematicamente utilizado por diversas disciplinas das ciências sociais, tais como: História, Sociologia, Antropologia, Linguística, Psicologia, entre outras”

Fig.16: Filmagem da história oral com o Sr. Alípio

Essas histórias orais, gravadas em vídeo, serviram como subsídio para a elaboração da agenda XXI do Pouso.

2.2.5. Reuniões

Ao longo do trabalho foram feitas aproximadamente 12 reuniões (algumas sem a minha presença), para que pudéssemos levantar os problemas, buscar soluções, debater, enfim, dialogar para nos organizarmos em busca de nossos sonhos de futuro. Essas reuniões eram moderadas por mim e tudo era anotado em cartazes e fichas para que pudéssemos visualizar melhor o resultado. (ver detalhamento da primeira reunião no anexo 6.1.).

Havia planejado fazer reuniões separadas com as mulheres, os homens, os jovens, as crianças e os turistas com casa no local. Essa separação dos grupos fazia parte de uma estratégia de participação maior de cada grupo com sua própria identidade e peculiaridades. Como mostra a fala de uma das mulheres em nossa primeira reunião, quando explicava o motivo de estarmos fazendo as reuniões separadas:

“...não é nada disso, aqui eles ficam com medo de falar e em casa eles dão cada grito com a gente...(risos)...dentro de casa eles gritam.”(Jô)

São claras as diferenças entre as necessidades dos homens e das mulheres.

“Ah, eles vão pedir campo de futebol” (Dona Péca falando sobre a reunião dos homens que iria acontecer).

“Porque eles pede essas coisa e esquece das mulhé em casa que precisam de outras coisas melhores né? Igual a luz, eles pede primeiro o campo...não luz eles não vão pedi. Eu tenho certeza!” (Jô)

Figura 17: Reunião para discutir a formação da Associação, onde alguns não couberam dentro da sala, participando através da janela

Observar esses anseios e desejos da comunidade, no decorrer do processo, significa adequar a técnica à realidade, a necessidade em relação ao tempo e ao espaço daquele grupo, naquele determinado momento.

2.2.6. Triangulação de dados

Toda análise foi feita através da triangulação dos dados coletados, dos métodos e do “diálogo” que travei com alguns autores. Essa triangulação foi feita entre e intra dados baseando-se no trabalho descrito por Denzin (1989:243, 244) e Patton (1980:464 - 470) .

Segundo Minayo (1996:78,79) na análise final, procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo as questões da pesquisa com base em seus objetivos. Assim, promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

3) RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Os caiçaras e sua relação com o meio

3.1.1. As moradias

Os caiçaras do Pouso da Cajaíba fazem suas moradias em "cavas de casa", terrenos de onde retiram parte da terra, aplainando o lugar, e ali constroem em sistema de mutirão ou contratando pessoas da própria comunidade em "empreitas". Puxam a areia da própria praia, carregando-a em sacos até as encostas onde irão construir; desta mesma forma, são levados os outros materiais de construção. São bastante solidários na retirada desse material (comprado em Paraty) dos barcos, para acomodá-los na praia.

Não há muros ou cercas demarcando seus territórios, por vezes plantam uma cerca viva ao redor da casa. Nesses terreiros, quintais ao redor da casa, cultivam plantas medicinais, algum condimento e árvores frutíferas. O Ingazeiro também está quase sempre presente por ser utilizado para ajudar a secar a massa da mandioca no tipiti.

Os caminhos perpassam pelas casas, sendo de uso comunitário, e por todos os lados espalham-se as mangueiras pretas que trazem a água das cachoeiras e nascentes para as casas, muitas das quais são de taipa. Gostam de ter na parede de suas casas fotos de seus barcos, cascos de tartaruga ou outros apetrechos que lembrem seus feitos no mar. Muitas também têm adornando suas paredes, gravuras evangélicas comercializadas por mascates que vêm da cidade ou imagens de santos da igreja católica, além de fotos de família, do tempo em que ainda havia o trabalho de pintura de retratos.

3.1.2. A roça

As roças localizam-se nos sertões, como são chamados os terrenos mais distantes já fazendo divisa com a mata. Atualmente, poucos são os que praticam a agricultura que se baseia no cultivo da mandioca, da cana de açúcar, algum feijão e legumes.

O Sr. Alípio e Sr. Pedro comentam sobre o passado:

“Hoje tudo querem vivê do comércio, abandonaro as roça. (...) As plantação da roça, o caboclo, come aquilo limpo, não tem vitamina, o químico, não tem nada, né. Não vê hoje, as plantação, o caboclo planta de manhã, quando é de tarde já tá tudo grande. Antes a gente tinha que esperar mais, né. (...) Só bem dize dois que faz farinha hoje, eu aqui e o Piá lá. (...) Depois da (lua) nova, três dias, nois plantava rama, o feijão na minguante né. (Sr. Alípio)

“Eu plantei um pouco de mandioca lá em cima e tá lá, mas a Sra. não sabe que pra eu colhe aquela mandioca, o trabalho que deu, Deus me livre! Eu ia na roça, onze, meia noite, leva o veneno pra mata os bicho. Porque a fungicida, as muniça tomou entendimento com a fungicida, ... depois ela enjoou, não carregava mais a fungicida. A gente ia lá tava tudinho, não carregava. Depois apareceu o Radox, aquilo sim é um veneno bom, tá certo que não envenena dentro da casa não, mas a gente chega assim no carrero e bomba assim e mata tudo(...) Antes não tinha esse tanto de formiga, antigamente usava folha de pau, né. Pegava aquela folha de pau que é mais chegada,

imbitinga, e outras e colocava no carrero da sauva, e aquilo é que era o veneno, né. Elas comia as folha de pau e não comia as rama, né. Mas a folha de pau era mais trabalho, né” (Sr. Pedro)

Fig.18 : Sr. Alípio, Dona Maria, os netos e eu na casa de farinha.

Os caiçaras antigamente, como mostram as falas do Sr. Alípio e do Sr. Pedro, praticavam bem mais a agricultura de subsistência, e tinham um conhecimento de manejo das plantações utilizando os próprios recursos naturais sem a dependência de insumos químicos. Hoje, há a utilização destes insumos que são usados sem uma orientação técnica adequada, colocando em risco a própria saúde daquela gente. Durante o período da pesquisa tomei conhecimento de um caso de uma criança intoxicada pelo uso doméstico indiscriminado de Radox (o tal “fungicida” como eles chamam).

A farinha de mandioca faz parte da alimentação básica dos caiçaras e hoje, como diz Sr. Alípio, apenas duas famílias ainda mantêm as casas de farinha. Num almoço, na casa da Délia e do Amigo, utilizamos uma farinha comprada em supermercado e juntos identificamos no saquinho, a sua procedência de Santa Catarina.

Todo esse conhecimento empírico que veio se acumulando ao longo dos anos, vem, a cada dia, sendo enterrado junto dos antigos.

3.1.3. A pesca

Sr. Alípio e Sr. Pedro nos mostram um pouco como era a pesca antigamente:

“Antigamente puxava tudo na mão, hoje é tudo no guincho. Antigamente tinha mais peixe porque matava mais pouco, não tinha tanto barco. Não tinha a baleeira, era tudo de canoa à remo. Daqui lá (Paraty) era quatro, cinco horas de remo. Saia de madrugada (...) Não tina gelo a gente salgava o peixe no sol. (Sr. Alípio)

“Antigamente pescava direto, não tinha esse negócio de parada. Isso começou de uns tempo pra cá. Agora por exemplo tá parada a pesca né, uns tres meis. (quando perguntado sobre o porque da parada) Não, é bom porque tem criação né e aí produz. Se vão trabalha agora, mata criazinha miuda e bota tudo fora, não aproveita e com uns tres meis ela tá grande aproveita né. (Sr. Alípio)

3.1.4. A fauna e a flora

Figura 19: Caça da cotia feita com arma de fogo.

A atividade da caça é utilizada como uma opção para a alimentação, já que a carne de caça é muito apreciada entre os caiçaras. Quando caçam uma cutia, porco do mato e outros, muitas vezes convidam os amigos para um jantar, considerado especial. A caça é feita por armadilhas e alguns possuem arma de fogo.

“Esses dias pra trás encontrei com uma (cobra) nessas pedra aqui, enroladinha assim. Eu tava varrendo, aí eu ví aquele troço se mexendo

assim nas pedra, e eu olhei, nas minha vista não era nada, né? Aí, quando eu botei o pé aqui nas pedra, quando eu fui passar, eu ví! Aí o Tião pegou e matou. Era uma cobra venenosa, e se morder, uma cobra, eu morro antes! A minha mãe morreu com uma cobra que mordeu ela.” (Dona Dica)

“Não Deus me livre!! Aí no meio do mato tem onça! Onça eu não quero ve não.” (Dona Dica)

“Tinha bastante caça, né. Não tinha esse negócio de florestal também, essas coisa não tinha, mas também não é por isso, antigamente não tinha florestal e tinha caça, hoje em dia tem os florestal mas não tem mais caça!!!” (rizes) (Sr,. Pedro)

“Tinha muito palmito, agora não, agora acabou né. Tinha a caça também né, a cotia, a paca, o tatu, hoje em dia a maioria acabou-se” (Sr. Pedro)

“O Renato (pesquisador) faz trabalho aí pro mato. Estuda pedra. Estuda as pedra. Passa aqui com uma sacola de pedra” (Dona Dica)

Figura 20: Dona Dica

“Antigamente não tinha tanta exploração na mata como tem agora. Hoje tiram mais pau da mata”(Sr. Pedro)

“A madeira boa pra canoa é a Timbaiba, o Cedro. Eu tiro o corte da canoa, mas acaba eu não acabo não. Porque a sinceridade da canoa é o acabamento dela” (Sr. Pedro)

3.1.5. Os espaços e tempos

Convivendo numa comunidade caiçara, no seu dia-a-dia , como amiga das muitas famílias com as quais convivi e convivo, pude constatar algumas curiosidades que gostaria de compartilhar com o leitor:

- **O caso do globo terrestre**

Numa das conversas de beira de praia, conversávamos eu e 4 meninas adolescentes, quando perguntei o que elas mais gostariam de aprender e, então, colocaram a vontade de saber mais sobre lugares para que pudessem conversar com os meninos turistas que apareciam por ali. Os turistas, segundo elas, sempre falavam de lugares que elas não conheciam.

Foi então que combinamos de nos encontrar na escolinha para que eu pudesse falar um pouco sobre outras cidades, estados, países, enfim, lugares distantes dali. Nós nos encontramos e vi que aquelas meninas não tinham noção de que o Pouso era uma comunidade dentro da cidade de Paraty que, pertencia ao Estado do Rio de Janeiro o qual, por sua vez, ficava no Brasil!!!! Elas me perguntaram se Paraty era assim igual ao Brasil. Então, peguei o globo terrestre da escolinha para que

pudéssemos nos localizar. Tamanho foi o meu espanto quando vi que o globo havia quebrado ao meio e fora juntado com fita crepe pela professora, segundo as adolescentes, o que confirmei depois com a própria professora. Encontrei ali parte do Brasil grudado com o continente africano.

- **As férias dos caiçaras**

Outra observação bastante interessante é o fato de os caiçaras arrumarem suas coisinhas: roupa, comida, cobertas, juntarem a família e saírem para acampar em outras praias. Às vezes é mais de um dia de caminhada, por trilhas que só eles conhecem, até uma praia, onde geralmente acampam. Presenciei uma família inteira - homem, mulher e três filhos acampados próximos à praia, numa barraca feita de galhos e folhas de palmeiras. Eram conhecidos nossos e então fomos conversar e nos disseram que estavam passando uns dias para passear um pouco com a família.

- **O Homem foi à Lua?!!**

Numa noite quente e de lua cheia, fora de temporada e não havendo turistas por lá, todos desceram de suas casas para dormir na praia. Estávamos deitados, olhando a lua num grupo de mulheres e jovens, meninos e meninas quando comentei: “Como pode!! Saber que o homem chegou lá na Lua, né?!” De repente, todos se sentaram e perguntaram: “Como assim?!” e eu, percebendo o espanto daquela gente respondi: “É o homem foi à Lua em 1969, o ano em que eu nasci, vocês não sabiam?!”. Todos ficaram me olhando como não acreditando e eu mais uma vez disse: “Vocês não estão acreditando, né? Mas é verdade!” e uma das mulheres disse então: “mas é difícil da gente acreditar numa coisa dessa!!!”.

Todos sentaram mais para perto e, então, fui contando como foi essa viagem maluca até a Lua, quem foi, como foi, quando e prometi a todos que iria arrumar alguma reportagem que contasse a história. Senti que no fundo eles ficaram bem cismados com a tal ida do homem à Lua.

3.2. O processo de elaboração da Agenda XXI

3.2.1. Vem à tona os problemas e os conflitos

Com a perspectiva de um processo participativo, era preciso que as pessoas dissessem os seus anseios, medos e sonhos futuros, num espaço de locução onde todos tivessem vez e voz. Dessa forma, nas entrevistas, história oral, reuniões e longas conversas com pequenos grupos, pudemos conquistar espaços importantes de diálogo, explicitação dos conflitos existentes e longas negociações para que pudéssemos visualizar e construir uma agenda de futuro, a nossa agenda XXI.

Pelos relatos que tive de pessoas da comunidade, há muito tempo não havia ali nenhum espaço que servisse para a resolução desses conflitos. Os únicos espaços coletivos organizados são as igrejas católica e evangélica. Todos os conflitos ficavam no “diz que diz” e, dessa forma, sempre se agravavam, pois não havia um espaço de participação política. A participação na vida política local é baseada na troca de favores, sacos de cimento e caixas d’água por votos futuros. A comunidade tornava-se “passiva”, diante dos problemas existentes, as únicas ações sendo os deslocamentos até Paraty, para os pedidos aos vereadores ou algum funcionário da prefeitura por melhorias individuais e não do coletivo organizado. Essa prática tornou-se parte da vida cotidiana dos moradores do Pouso da Cajaíba.

“Eu acho que nois queria, que nois devia partir pra uma associação de moradores. Se não tiver a associação de moradores o Pouso nunca indireita. Porque senão tem um político aqui....ninguém sai pedindo...um quer um cais, um quer um campo de futebol, um quer uma luz, um quer tal coisa... (Dirceu)

Vale lembrar que, mesmo não havendo uma organização para a resolução dos problemas existentes na comunidade e os pescadores artesanais trabalharem de forma individual ou em duplas, eles são solidários quando há a necessidade de se consertar uma rede de pesca, puxar uma canoa, consertar um barco ou até mesmo na doação de peixe para o consumo próprio dentro da comunidade. Sorrentino (1992:8) cita Maffesoli (1989) que fala um pouco sobre essa rede de solidariedade:

“as teorias, ideologias e utopias, na sua necessidade de serem complexas (e complicadas), fizeram questão de ignorar. (...) Os homens hoje, privilegiam o viver presente, a partilha de sentimentos com o pequeno grupo e na ausência dos projetos de futuro, criam e multiplicam pequenos grupos de redes existenciais, espécie de tribalismo que se funda, ao mesmo tempo, no espírito da religião (religare) e no localismo (proxemia, natureza) para além das relações sociais puramente mecânicas, instrumentos, racionais e finalistas que encontramos em todas as instituições e organizações, existe, até dentro delas próprias um âmago de ‘solidariedade’ ou seja de solidariedade orgânica, de dimensão simbólica (comunicação), de não lógico e de preocupação com o presente, de partilha de sentimentos, proximidade, familiaridade, cordialidade, de prazer de viver junto e de se experimentar em comum”

Por vezes, algum turista ou morador de Paraty resolvia formar um mutirão para coleta do lixo no local ou algo parecido. Ações pontuais que deixavam apenas a lembrança do acontecido e a desesperança por tudo ter voltado a ser da mesma

forma como era antes da ação. Os grandes lixões sempre eram alimentados novamente depois de um mutirão, como mostra essa fala numa das entrevistas:

“Ah, Mônica o pessoal do lugar não dá não Mônica, cê não vê ali aquele lado alí da casa do Mário alí? O pessoal não pediro...igual o pessoal do... aí do Macedo, vieram alí, tiraram o lixo todo e enterraram, o rapaz virou as costas vai ver a situação que tá”
(Evanilda)

Quando convidados a participarem desse processo de pesquisa-ação, muitos demonstravam a sua desesperança de que algo pudesse dar certo. Sempre havia uma história para exemplificar a desunião do povo do lugar e o motivo daquela desesperança. As falas mostram bem esse sentimento:

“eu acho, o lixo, cê vê, é outra coisa, aqui no Pouso podia sê tudo organizadinho, né? Mas aqui no Pouso não têm união não.” (quando perguntada o porque da necessidade da união): *“Ah, porque aí todo mundo se unia e aí ia conversar, né Mônica, aqui no Pouso não dá para conversar.”* (Délia)

a) O lixo

Um dos principais problemas colocados foi o do lixo. O Pouso da Cajaíba, por sua característica geográfica de não possuir ligação por terra com a cidade, por falta de estradas e pela dificuldade de acesso e pela distância, duas a três horas de viagem de barco, tem uma grande dificuldade de solução para a questão do lixo.

Além disso, há toda uma questão cultural e histórica, como mostram as falas do Sr. Pedro e do Sr. Alípio, na história oral:

“ Antigamente não fazia compra no supermercado como é hoje não, a gente usava, só a banha de porco numa lata de dois quilos, durava um, dois meis. A senhora presta atenção e o senhor, uma lata de dois quilos, as vezes não era nem em lata era em pacote assim, não tinha o óleo (...) Que dize que hoje gasta dez lata! Onde vai pô essas lata? E não é só a minha casa....que dizê, não querem tê trabalho, vai largando em volta da casa mesmo. (...) Hoje se o indivíduo bobeá, tropeça aí nos caminho nesta sacola, coisa de plástico, isopor. Alí em baixo, o lixo tá até no pescoço, tá demais né, tá demais. Eles não sabe acomoda o lixo que eles faz” (Sr., Pedro)

“Tirava mais da roça, comprava na cidade sal e banha, mais era a comida da roça (...) antigamente você olhava num terrero desse aí era tudo limpo, não existia esse negócio de saco plástico, papel... se vê esse quintal aí, de lata é mais do que num armazém!!!” (Sr. Alípio)

A fala da Dona Dica também nos mostra a percepção em relação ao lixo :

“Nada....não tinha papel que nem agora não tinha. E esses papel não apodrece não menina! Não apodrece, porque um dia desses eu fui cavocar alí em frente da minha casa, no terreiro, era papel enrolado no outro. Tava com bolor, mas tava!” (Dona Dica)

Há um entendimento por parte das pessoas de que os problemas não são estanques, a complexidade é algo que se percebe:

“...Na minha opinião, o que tá precisando, mais urgente, é a questão do lixo. Porque o lixo, aí vem, vem tudo, né?...Porque se dá saúde, já vem! Se você tem lixo, você tem mosquito, você tem doenças, então é a primeira coisa a ser vista. Porque tá demais, o Pouso tá...o bicho tá feio.” (Ana do Dirceu)*^{*}

Figura 21: Acúmulo de lixo próximo a um bambual, que servia como depósito.

Um outro fator bastante importante é a chamada de responsabilidade para a comunidade; onde a busca de soluções está no cidadão e não na dependência do poder público:

^{*} * forma como os caiçaras chamam para diferenciar de outra Ana, a Ana do Mário.

“Agora, eu vou falar do lixo, eu acho assim: tem que ser o povo do lugar, porque eu acho que a prefeitura não vai sair de lá, como diz, do trono dele, pra vem cá catá lixo que é dos outros aqui não. Isso aí é o povo do lugar que tá acabando com o lugar. (Jô)

Como diz Midaglia (1996:40), “quando se examina a questão do lixo, além do aspecto estético a ser considerado, deve-se enfatizar a questão da saúde pública e a falta de vontade política.”. Vale lembrar algumas iniciativas do poder público, em áreas de litoral como o projeto “operação praia limpa” iniciada em 1998 pela Cetesb, em São Paulo, que tentam formar uma conscientização a respeito da questão, embora, ao meu ver, esse projeto ainda não leve em consideração a participação da população local no planejamento e na avaliação da atividade, como um fator importante, facilitador do processo educativo.

Pode-se perceber, nas falas, que há uma consciência de que a própria comunidade gera o problema:

“É o pessoal do lugar!” (Vicente) (falando sobre quem joga o lixo nos terrenos).

“Óia, as cachoeiras tá se acabando! Porque? Porque o lixo tá tomado, tá tomado por aí. É cano de fossa arrebetado, é água arrebetada, é galinha jogada pra não sei onde, pô cê não vai longe: na Praia Grande, tá certo? Cê vai lá tá tudo limpinho, aqui no Pouso, não tem mais, não tem jeito, não tem jeito mais” (Nanias)

“Tá feio, tá muito feio rapaz. Não vamo quere esconde não! Aqui o nosso lugar era pra ser um condomínio, um condomínio! (Dirceu)

E ainda falas que apontam para a situação das águas em relação ao lixo:

“Você já passou, não sei se você já passou na cachoeira, pela ponte aí ou não? Já passou? Já deu uma olhada pra baixo? É um pedaço de dez metros cada lado né? Se você um dia cair aí, os lixo vão te comer! Esse lixo que joga aí perto do rio, quando dá tempo grande, da chuva, carrega tudo pro rio e o rio que não é muito largo, é fino, é estreito né? Lá o lixo empoça, cria aquela sujeira, apodrece água...” (Sr. Bidico)

Nessa fala, pode-se perceber como o lixo simboliza algo “vivo” que “come” pessoas e “apodrece” a água e assim o problema parece não pertencer a ninguém.

Sr Pedro e Sr. Alípio mostram como era antigamente a situação das águas:

“Não tinha nada de encanamento na porta, não tinha nada. Pegava água na cachoeira aí embaixo. Todo mundo se servia nela” (Sr. Alípio)

“A água era uma coisa mais organizada, pegava na cachoeira mesmo. Era a melhor água que nois tinha aqui no Pouso. De primeiro era respeitado ali, ninguém tomava banho ali. Hoje eles toma banho lá, suja as pedra toda. Uma água tão limpa que nois tinha ali, acabou-se. Hoje se o sujeito for toma uma água ali naquela várzea, fica ali mesmo (...) envenena” (Sr. Pedro)

Alguns relatos, no entanto, apontam para possíveis ações:

“Nesse pé de jaca do lado da ponte, do lado de cá, parecia até as Casas Bahia, que tinha sofá, geladeira, fogão à gás, tudo..(risos) Aquilo ali pode botar fogo, queimar pô!” (Vaguinho)

A partir destas falas podemos perceber que a comunidade percebe o problema do lixo, relacionando-o a questões ambientais mais abrangentes como a poluição das águas, a saúde e até mesmo o problema estético; vê o descaso do poder público e acredita que a própria comunidade organizada pode solucionar o problema. No entanto, o problema tem persistido ao longo dos anos, apesar de várias iniciativas individuais, por não haver uma organização e um consenso sobre o que fazer com o lixo.

Além disso a prefeitura não cumpre o seu papel em relação à coleta de lixo. Muito menos participa na organização da comunidade para a busca de solução para o problema.

b) A influência do turismo

Pelos relatos que pude ouvir dos próprios caiçaras, o turismo começou de forma bastante tímida, na década de 80, e dali para cá veio crescendo gradativamente. Hoje, o turismo tem uma forte influência e move significativamente a economia local. Quase todos os caiçaras alugam suas casas em temporadas e muitos bares surgiram na beira da praia. Há até um começo de comércio de artesanatos produzidos pelos caiçaras, como peças em madeira e

trabalhos em retalhos, além da confecção de camisetas do Pouso com desenhos feito por um caiçara, e da venda de peixe defumado feito e comercializado por uma família que obteve a técnica junto a um turista da universidade de Taubaté - S.P.

Aqui vale a pena diferenciar dois tipos de turistas, se assim os podemos chamar: os turistas que vão uma única vez ou até retornam, mas não têm um vínculo com a comunidade e os turistas que têm casa no local e/ou que têm um vínculo afetivo com a comunidade.

Os turistas que possuem casa no local têm em média de 30 a 50 anos e muitos começaram a freqüentar o Pouso já na década de 80, quando poucas pessoas de fora apareciam por ali. A economia local ainda se mantinha da pesca de subsistência, com a adoção de algumas técnicas como o “cerco” de peixes, herdado de uma família de japoneses que por ali passara; poucos eram os que trabalhavam embarcados nas traineiras de sardinha ou camarão em Santos e outros locais. Não havia os vários bares na beira da praia e nem aluguel de casas. Com o passar do tempo vieram, então, os turistas esporádicos que se caracterizam por serem jovens de 16 a 30 anos, acomodarem-se em barracas e não manterem, na maior parte dos casos, nenhum tipo de vínculo com os caiçaras. Esse tipo de turismo foi aumentando a olhos vistos a cada ano. Vieram, então, os bares de caiçaras na beira da praia os quais vão se tornando mais numerosos, mudando a paisagem local; vieram os aluguéis de casas, o artesanato, etc.

Junto a tudo isso, intensificaram-se alguns problemas como o saneamento básico, por exemplo, pela falta de banheiros públicos, o acúmulo de lixo, por não

haver uma regra de o que fazer com o mesmo e do choque com os costumes caiçaras.

“Eu acho que o mais importante pra começar...o Pouso, o mais importante mesmo, é essa organização do turismo, que essa bagunça aí não vai acabar mais se a gente não organizar o turismo. Não vai acabar, não adianta que não vai acabar. É importante!” (Nanias).

Figura 22: Barracas e acúmulo de lixo

Figura 23: Espaço para camping delimitado após as reuniões.

“Mas aí tá o problema. Eu falei agora há pouco, a ignorância aqui é entre nós mesmo. Entre nós, entendeu? Também não é com ignorância com eles não vai resolver, entendeu? Brigar por brigar, pra que que serve? Se chegar ali ó, tá fazendo fogo ali ó, ó negativo, não pode não. Não pode, porque sabe o que acontece? Suja por aí. Eles fazem, amanhã eles vão embora e deixa tudinho jogado. Quer dizer, eu não vou tirar, muito menos você, e muito menos você e então fica ali ó” (Dirceu).

Falando sobre a organização de uma comunidade vizinha:

Porque? Porque que são assim? Unido né? Tomaram conta do lugar deles. Hoje ninguém tá tomando conta do nosso lugar. Tá todo

mundo...meu Deus do céu!...o pessoal de fora tá tomando conta. Se vê aí é nego pelado na praia, fazendo sujeira no meio da praia...” (Dirceu).

“Pior! Se um de nós, se um de nós fica na praia pelado, eles bate, os que vem aí? Ninguém faz nada. e se falar, tá apanhando” (Bidico).

O uso de drogas ao ar livre na praia durante o dia é uma prática freqüente, e isso é colocado pelos caiçaras como uma afronta aos seus direitos de morador local. No entanto, nenhum caiçara tomou alguma providência no sentido de conversar ou pedir para que parassem. O sentimento que tive é de que se sentem acuados pela sua própria simplicidade e ingenuidade. Hoje, há crianças caiçaras de 9 e 10 anos dependentes de alguma droga (informação obtida através do relato dos próprios familiares). A fala do Sr. Pedro nos mostra um pouco dos sentimentos dos caiçaras em relação ao turismo:

“ Eu tinha um tio, lá dos Calhéu, ele conversava com nós, olha vai chega um tempo prá nós aqui que tamo no sossego que vai aparece coisa prá nós, tira o sossego. A senhora vê, aparece uns aí na praia que vem só pra fazê vadiagem. Então o que acontece é isso. Quando aparece assim um senhor com um, dois filho e uma senhora, é sinal que é pessoa de responsabilidade, vem conhece, fazê amizade e até da valô ao lugar, mas quando eu vejo uns assim, esses cara com a prancha nas costas, com duas ou três mulhé, mas tudo da marca deles, assim que a gente vê: esses são gente sem responsabilidade, só vem aqui é escangalha com tudo, assim mesmo. Vêm fazê coisa que não deve(...) No carnaval, uns dois anos atrás, a bagunça foi exagerada, gente andava nú, caia na água nú. Vamo respeita, o que é isso?! É

família do lugar e de fora também que usa aí a praia. (...) Acabou o sossego do lugar” (Sr. Pedro).

Fig.24: acúmulo de turistas em feriado

Segundo Coriolano (1996:95), “pode-se comprovar que o turismo, se mal implementado, causa degradações e destruições irreversíveis. A descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição, o uso de drogas são fatos encontrados em todos os pólos turísticos”.

Mais uma vez a prefeitura, que ganha com o aumento do turismo, não tem nenhum planejamento para a inserção do turismo nestas comunidades caiçaras, o que contribui para a degradação não apenas da cultura local mas do meio ambiente.

Vários fatos foram relatados sobre a violência em relação aos costumes e às crenças dos nativos:

“E ontem à noite eles (turistas) tavam cantando uma música que eu não localizei onde era, que tinha uma hora que acho que o grupo inteiro, acho que eles deram um refrão e tal...e devia ser uma composição duma palavra com outra, mas cantava assim “buceta”, e eles falaram várias vezes! Eu imaginei do lado da casa do Bidico, eu falei: Nossa!., o Bidico deve...o Bidico é evangélico!!!” (Carlos - turista)

“Isso eles tem sentido como uma coisa agressiva. Eles falam muito nisso...” (Klaus - turista) “Eu acho (concordando com a fala anterior). Essa coisa das drogas, do sexo...” (Marisa - turista).

“O baseado....os crentes...chega na frente dos caiçaras com o baseado aceso” (Carlos - turista).

É costume caiçara dormir na praia em noites quentes e de céu aberto. Descem de suas casas homens, mulheres e crianças com seus cobertores e colchões; as senhoras tomam banho de mar vestidas com suas roupas do dia-a-dia, vestidos e saias, e as crianças brincam na areia. Em época de temporada, principalmente as mulheres escondem-se em suas casas, até os turistas irem embora.

A comunidade nativa sente-se violentada na intimidade de seu cotidiano, “perde a liberdade de movimento em seu próprio meio”, segundo Coriolano (1996:97).

Um outro ponto bastante importante em relação ao turismo, é a crescente venda de terrenos e de casas para turistas e, com isso, a transformação do valor do uso da terra em valor mercantil. A maioria dos caiçaras do Pouso não são posseiros e sim donos das terras, por herança vinda dos avós e pais que possuíam grandes fazendas por ali. Há três grandes famílias que compõem a comunidade e todos acabam tendo algum grau de parentesco.

Durante o período da pesquisa, houve uma grande disputa judicial por uma grande área no Pouso, onde um turista freqüentador daquela praia, já há algumas décadas, e que possuía uma sorte de terras numa praia vizinha, herdada de seu pai, conhecido no local como integrante da “família dos Pacheco” (ver citação em e-mail de turista, anexo 6.4), contratou uma empresa de engenharia para mapear também as terras do Pouso da Cajaíba, dizendo ser sua. Assim escutei muitas histórias de pessoas de fora que, de alguma forma, tentaram conseguir parte de terras que pertencem aos caiçaras. Isso acontece até mesmo por desconhecerem o fato de que os caiçaras dali não são posseiros e sim donos da terra.

Nessa época, pude presenciar uma grande mobilização dos caiçaras para garantirem o seu direito à terra, como mostra a carta de uma das filhas de pescador que teve a possibilidade de ir para a cidade e fazer faculdade (anexo 6.5.).

c) A relação com a religiosidade

Fig. 25: Igreja evangélica que fica na encosta (a igreja católica fica na praia e é vista na figura 04)

São duas as religiões que predominam no Pouso da Cajaíba: a católica e a evangélica. A primeira tem a sua igreja na praia e a segunda no alto do morro. Não é apenas a localização geográfica que divide a comunidade em grupos, mas também as tradições e crenças de cada religião fazem com que haja uma certa segregação, dificultando o diálogo entre os grupos. As famílias se dividem e freqüentam suas missas e cultos também como uma forma de acontecimento social. Pode-se dizer que esses encontros são praticamente os únicos acontecimentos comunitários. Os cultos e grupos de orações, praticados pelos evangélicos, acontecem durante praticamente toda a semana e são coordenados por

um pastor e sua esposa que são caiçaras moradores do Pouso da Cajaíba, enquanto que as missas são realizadas esporadicamente por missionários(as) e muito raramente por um padre.

Pude participar de um grupo de orações e de um culto a convite de moradores locais e percebi que, principalmente, o culto é uma verdadeira *catarse*, todos falam ao mesmo tempo em voz alta e alguns, que têm a “palavra com Deus” como dizem, falam numa “outra língua”. Essa outra língua, parece ser uma junção de palavras desconexas de seus próprios vocabulários. Alguns dançam e giram até caírem no chão, desmaiados e alguns são tomados pelo próprio “Capeta”. Curiosamente, a pessoa que sempre era tomada pelo “dito cujo” era uma senhora cujo marido a havia abandonado sozinha na comunidade e me parecia bastante triste por causa da discriminação que isso gerava entre as amigas. Ela, então, era a pessoa que incorporava o “Demo”.

Os Hinários, cantados em coro são muito bonitos e característicos no modo de cantar das mulheres. As crianças recebem uma atenção também bastante grande para a formação religiosa evangélica, com brincadeiras, cantos e dias especiais de comemoração e festa. Alguns caiçaras que tinham problema com o alcoolismo e até mesmo com outras drogas e que foram “convertidos” à igreja evangélica conseguiram sair do vício.

A igreja católica, pelo que pude observar, acaba não tendo tanta influência sobre o modo de vida caiçara, pela sua própria ausência durante muitos anos. As festas religiosas, típicas da igreja católica já não existem mais, como a festa de São Sebastião, citada pela Dona Dica:

“Não, agora acabou o baile, acabou a festa. A igreja é que fazia a festa. Mas aí dançava. De primeiro dançava S. Pedro, S. João, dançava o Natal....nós dançava mais S. Pedro....na festa de S. Pedro nós já dança mais....S. Sebastião! Cabou tudo, o pessoal morreu....ficou esses aí” (Dona Dica).

3.2.2. A organização para possíveis ações

Durante todas as reuniões, sempre alguém tocava no assunto organização. Diziam sempre ser necessária para que se pudesse conseguir junto à prefeitura e a outros órgãos, alguma ajuda para o local e se remetiam a comunidades vizinhas que possuíam alguma organização entre os moradores. Começou, então, um questionamento sobre quem iria realizar as ações. Havia a preocupação de algumas pessoas de que era necessário alguém que comandasse, que fosse obedecido por todos, só assim algo de concreto aconteceria:

“Eu só vou perguntar uma coisa né? A gente tá aqui tá falando tudo isso (sobre o levantamento de problemas) daí que está escrito aí, mas só que também tem uma coisa, e quem que vai assim, comandar a coisa mesmo, porque tem muitas pessoas aqui, tem homem valentão, se a gente for falar em muitas casas aí alguma coisa de tê uma pessoa pra mandar....Ficar só assim? Que a gente fala só aqui nós mulhé, mas será que eles vão obedece? (Jô)

Uma outra fala coloca a desunião como fator da não organização, referindo-se sempre a “eles” como responsáveis e não “nós”: a frase coloca também a possibilidade de autonomia da comunidade na resolução de alguns problemas, sem a interferência do município:

“Eu, na minha opinião, eu acho que o caminho é esse, é a associação de moradores... porque as pessoas aqui, com todo respeito a eles, são muito desunidos, entendeu? São muito desunidos mesmo, as pessoas com opinião muito diferentes, sempre vai existir opinião diferente, eu acho que primeiro elas tinham que se unir entre si, pra depois formar uma associação de moradores, porque ela é fundamental, com certeza. Porque hoje, eu acho que nós era pra ter médico nosso aqui, nós era pra ter médico nosso aqui, e não é da prefeitura não, era pra ser nosso mesmo, entendeu? Tudo nosso, sem precisar de ninguém, o problema é a desunião. Um tem olho grande maior do que o outro, um quer ser maior do que o outro, acha que acaba se beneficiando em relação aquilo, esse que é o problema. Enquanto as pessoas não se conscientizarem, e se educar entre si, pra depois formar a associação. Eu acho que tem que começar por eles se conscientizar de que não é isso... que as pessoas, ninguém tá aqui pra tirar proveito de ninguém”
(Sr. Mário).

Quando começamos a falar em organização, uma das mulheres me perguntou, numa conversa de beira de fogão, se para a formação de uma associação de moradores para o local era necessário eleger um prefeito e um vice. Outras dúvidas também foram colocadas em reuniões:

“E pra montar uma Associação precisa de terreno? De como que é? Material?” (Dona Péca).

Há uma comparação com o que se pode ver no poder público e no caso deles a observação do que acontece na prefeitura de Paraty, como mostra essa fala de uma das mulheres em reunião:

“...porque é assim, vamo supor, na cidade é assim, tem o prefeito que manda, se mandar cortar uma árvore lá na rua da praia tem que cortar, é ordem, se fizer na grama é processado, então eu quero ver se esse lugar também, eu quero dizê aqui, né? Se na praça, se fizer alguma coisa errada na praça é processado e o que acontece? Se tivesse uma folha memo que comandasse o lugar...” (Jô).

Pode-se ver que o desejo é de que haja alguma “folha”, documento que aponte o que se pode ou não fazer, regras. No entanto, acreditava-se que só se consegue algo se tiver alguém que mande e alguém que obedeça.

“Se a Associação de moradores arrumasse um presidente ou um representante e tudo, eles são os que comandam, vai respeitar eles. E a própria comunidade, a prefeitura vai respeitar eles” (Sr. Pedro).

Já outras pessoas percebem a importância da participação de toda a comunidade, sem que haja um “benfeitor” como coloca esta frase:

“Que engraçado, sabe, eu li um texto agora, eu tô lendo uma tese de uma defesa dessa semana que vem, a pessoa estuda um gênero literário, e ela vai lá nos contos, na Alemanha e tal, engraçado como a moral da história, os séculos dezessete e dezoito, né? Na Alemanha, bate com essa situação (falando sobre a vontade de alguns caixas de

que tivesse uma pessoa de fora que os liderasse). Lembro de uma história, na Alemanha, de uma comunidade que o duque resolveu resolver todos os problemas, ele virou um benfeitor, e aí as pessoas começam a falar: - Poxa vida! Cai uma árvore no meio do caminho, as pessoas falam: - Cadê o Duque que não vem tirar essa árvore do meio do caminho? E essa vira uma preocupação do cara, parte da moral da história... é bem esse negócio assim, o quanto mais a gente demorar pra começar a conviver em comunidade, né? E resolver os problemas socialmente, mais tempo a gente vai demorar pra amadurecer!”(Lili - turista).

Decidiram, então, que não adiantava falar sobre os problemas e propor soluções; questionavam-se sobre quem iria fazer o que, e se um quisesse fazer de um jeito e o grupo decidisse fazer de outro, quem iria falar com a prefeitura. Sempre comentavam das inúmeras vezes que tentaram montar uma Associação e sempre por conflitos entre eles não conseguiam organizar-se. Colocavam esse fator como principal motivo de o Pouso não conseguir solucionar os seus problemas.

“Apesar do lixo fazer parte desse problema muito grande, acho que a associação de moradores daria continuidade. Por exemplo, esse trabalho já em prol do lixo, a gente fazer um trabalho em comunidade” (Tina).

“Trindade, na verdade, seria um lugar em comunidade. É o município de Paraty, que nem é no Brasil todo, entende? Se organizaram, se organizaram e começaram com uma associação de moradores, hoje existe saneamento básico lá em Trindade”(Dirceu).

Mais uma vez é colocada a associação como meio para se conseguir algo junto ao poder público. Podemos ver nessa frase, como a melhoria da qualidade de vida da comunidade é colocada como uma barganha, mais uma vez a participação política é apenas uma condicional:

“Então, igual o “Fulano” tava falando que pô! Como é que sai pro Pouso se não tem uma associação? O “Fulano” é vereador em Paraty ali, e ele falou que dá a maior força pra gente e que nós precisamos de uma associação, enquanto não tiver a associação....enquanto não tiver a associação fica sem verba nenhuma pro Pouso, foi o que ele falou ontem pra mim lá. Você tem que organizar uma associação, daí quem sabe sai a verba. Foi o que ele falou pra mim. Então a gente tem que ir atrás dessas coisas, a associação eu acho que é o principal aqui pro Pouso. A associação de moradores é o principal” (Márcio).

O poder público trata os problemas com descaso e negligência. Aparece em cena apenas em época de eleição quando, segundo os caiçaras, distribui camisetas e bonés, além de oferecer carros para transportar casos de saúde mais complicados para o Rio de Janeiro. Não há nenhuma estratégia de ação que vá ao encontro das necessidades da comunidade.

Cito aqui um caso para exemplificar como a prefeitura trata os problemas das comunidades:

- **O caso das caixas d’água:** a prefeitura, numa determinada época, doou algumas caixas d’água para que a comunidade colocasse em pontos

estratégicos, de onde cada casa pudesse puxar a sua mangueira e na época da seca houvesse menos desperdício de água. Como não havia um fórum de discussão organizado para que pudessem decidir os locais apropriados, as caixas ficaram alguns meses encostadas, enquanto a comunidade praticava o seu velho e bom “diz que diz”, até que alguns mais espertos pegaram as 4 caixas d’água e as colocaram em suas casas para uso próprio, sem dividi-las com os outros. Nesse contexto, a prefeitura nunca teve uma participação na tentativa de organizar as pessoas, mas sempre colocou a falta de organização da comunidade como um fator de não-ajuda em saneamento básico e infraestrutura. Assim aconteceram outros casos de material doado pela prefeitura e que não teve o seu destino para o uso comunitário e sim individual. Esses materiais por coincidência chegavam sempre próximo às eleições, segundo relato.

Brito, (2000:196) fala sobre as comunidades situadas na Reserva da Joatinga e a relação com o poder público:

"Talvez por não estarem melhor organizados, os moradores dessas localidades não têm qualquer acesso aos direitos que o poder público é obrigado a lhes garantir. Não há coleta de lixo, saneamento básico ou tratamento de água em nenhuma das praias, e a situação em algumas delas está ficando cada vez mais preocupante"

A tentativa de organização também só acontecia, quando era cobrada para que eles pudessem ganhar algo. Nunca houve uma tentativa de organização para o entendimento político da questão. Por esse motivo, muitos moradores colocaram a sua descrença nessa nova tentativa de organização. Foi preciso administrar

conflitos e trabalhar o potencial individual e coletivo na busca de soluções para os problemas colocados por todos.

Iniciamos, então, todo um processo de entendimento do que era uma Associação, de como funcionavam os trâmites burocráticos, o estatuto etc. Discutimos as formas de organização de uma associação, sua horizontalidade e distribuição de tarefas e, por fim, optamos por criar comissões que dessem conta dos problemas já levantados: Comissão Institucional, Comissão de Educação e Cultura, Comissão de Turismo e Comissão de Saneamento Básico.

A partir dessa divisão em comissões e visualização das possíveis ações a serem trabalhadas, deu-se início a várias ações de grupos, na tentativa de melhoria da comunidade.

O poder público, em suas diversas esferas, nem sequer facilita a legalização da organização da própria comunidade; então durante quase um ano, tentamos regularizar a associação de moradores. Num primeiro momento, a ata que os caiçaras tinham escrito com base num documento que eu havia deixado como exemplo, não pôde ser registrada no cartório, pois continha muitos erros. Numa segunda tentativa, já com a ata feita por mim, também negaram o registro porque não havia pego a assinatura de todos os presentes na assembléia (quase 50% mal sabem assinar o nome). Isso feito, e tendo conseguido os cento e treze reais necessários para o registro em cartório, fomos informados de que a Lei Federal que regulamenta a fundação de associações tinha sido mudada havia uma semana, e que agora eles precisavam primeiro publicar no Diário Oficial, depois solicitar o antecedente criminal de cada integrante da coordenação da associação junto ao Fórum da cidade e, depois de tudo isso em mãos, ir ao cartório novamente. No

Fórum, era preciso pegar um formulário para cada pessoa e pagar um pedido no banco e só depois entrar com o pedido para o antecedente criminal. Sobre o Diário Oficial ninguém no Fórum soube nos informar como proceder. Após uma busca por telefone, descobrimos o contato do D.O., cujo responsável pelo setor de publicações nos pediu que enviássemos um fax com o título e subtítulo do estatuto e que cada centímetro de publicação custava setenta e cinco reais.

Essa novela burocrática é o retorno que uma comunidade recebe por querer organizar-se, participar das decisões que envolvem sua qualidade de vida e a qualidade do meio em que vivem. Concluo que nenhuma comunidade que não possua e-mail, fax, telefone e paciência o suficiente para vencer os obstáculos colocados pelo governo, consiga ter uma associação regulamentada nos moldes da nossa sociedade. Todos esses fatos foram, em muitos momentos, desarticulando e desanimando os integrantes da associação.

3.2.3. Participando, conhecendo, agindo...agindo, conhecendo, participando...

“Despreparo, descrença e falta de motivação para a participação na resolução de seus próprios problemas aliados a um grande ceticismo sobre a possibilidade de alguma autoridade fazer algo que não seja em proveito pessoal e prejuízo do coletivo, leva o indivíduo a uma postura niilista cada vez maior, apegando-se justamente ao discurso catastrófico-ecológico para negar qualquer possibilidade de ação transformadora e ficar “com a boca escancarada cheia de dentes (muitas sem dentes) esperando a morte chegar” (Sorrentino,1992:4)

Um passo bastante importante dado nas reuniões foi o entendimento do que era uma associação, de como funcionava, do que precisávamos para constituí-la. Esse entendimento potencializou as pessoas para uma maior autonomia das ações:

“Agora eu entendi. Eu já li o estatuto da Ponta Negra, inclusive me convidaram para ir para Ponta Negra, mandaram chamar o pessoal, (...) no caso ir uns três ou quatro para Ponta Negra pra conhecer o presidente, conversar como funciona. Eu acho que precisa conhecer. Eu li o estatuto também de Ponta Negra, eu sei como funciona” (Ana do Dirceu).

“E é realmente o que precisa, né? Você estudar esses estatutos, né? Ter consciência do que tá fazendo” (Dona Ziléia).

Um outro ponto bastante importante durante a pesquisa foi o meu afastamento da moderação das reuniões durante cinco meses, “obrigando” a comunidade a conduzir as reuniões, sozinha. Durante aquele período recebi inúmeros telefonemas relatando o que estava acontecendo nas reuniões e também relatos sobre as ações implementadas, além de e-mails de turistas.

Os conflitos durante esse período foram intensos, muitas vezes desestimulando a participação de algumas pessoas. Detectamos a importância da moderação exercida por pessoas de fora da comunidade, facilitando o diálogo e a visualização dos fatores necessários nas tomadas de decisão. Acreditamos que esse papel deva ser exercido com a profunda convicção da necessidade de sua auto-eliminação. O sacrifício das vanguardas proposta por Santos (1997), expressa a

nossa percepção sobre o papel de um agente externo orientado por uma concepção democrática e ecológica de organização. Santos (1997:43) diz que:

"No final do século a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática. (...) Esse princípio de realidade consiste na contradição crescente entre o ecossistema do planeta terra, que é finito, e a acumulação de capital, que é tendencialmente infinita. Por outro lado, a utopia ecológica é utópica, porque a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática moderna. É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza."

Uma das mulheres que no início da pesquisa colocou o sonho de ser alfabetizada dizendo: “- Se a gente deixar o tempo passar vai ficando meio burra, não é?”, foi uma das pessoas que mais se engajaram na associação de moradores, assim como jovens que viram ali um espaço de valorização do seu potencial.

A solução para o lixo, que era um dos problemas mais citados pela comunidade, pela existência de vários lixões a céu aberto e pelo acúmulo de lixo nos rios e praia, foi uma das ações de maior visibilidade e que teve um maior poder de mobilização da comunidade. Foi conversado com a prefeitura, a partir do que o barco que leva a professora todas as segundas-feiras e vai buscar todas as sextas-feiras, transporta todo o lixo seco que é acondicionado em sacos e levado até a praia. Muitos barcos de pescadores também começaram a levar os seus lixos para a cidade. Hoje, é gritante a diferença da relação dos moradores com o lixo. Em algumas casas, o lixo era jogado sem nenhuma preocupação ao redor, no terreiro da casa, ou arremessado em grotas e ali “o lixo se some”, como disse um

dos caiçaras. Hoje, utilizam sacos para acondicionar o lixo não-orgânico e pude, até mesmo, presenciar a utilização do lixo orgânico em hortas, ao redor da casa.

Os turistas com casa no local e freqüentadores do Pouso, passaram a comentar e elogiar os moradores e, assim, manter a praia limpa em frente ao seu rancho de barco e limpar seu terreiro de casa, passou a ser motivo de orgulho para muitas pessoas.

Alguns caminhos foram arrumados pelos próprios moradores em mutirões, o posto de saúde voltou a funcionar enquanto enfermaria, pela iniciativa de uma das moradoras que já havia sido agente de saúde e que passou a fazer curativos e pesar crianças, encaminhando para Paraty aquelas com desnutrição, além de marcar consultas, também em Paraty, para mulheres gestantes.

Ao instalarmos a TV e o vídeo alimentados pela placa de energia solar (equipamentos adquiridos com o financiamento da Fapesp), em mutirão, para demonstrar a facilidade do sistema, assistimos ao vídeo com a história oral de um dos caiçaras e cenas do cotidiano deles, e pudemos ver as expressões de felicidade estampadas no rosto de cada um. Foi um momento em que se via, pelas falas entusiasmadas, a esperança das pessoas na possibilidade de as suas casas também terem luz e energia através de um sistema solar. Todos queriam saber como funcionava, quanto custava e se poderíamos escrever um projeto pela associação de moradores para que pudessemos conseguir “luz” para o Pouso.

Figuras 26, 27, 28 e 29: colocação da placa solar

Todas essas pequenas ações, parecem ter fomentado a vontade de muitos moradores em conhecer mais e assim ter mais vontade de participar, levando a outras ações. Participando, dialogando com a comunidade sobre os seus problemas comuns e partilhando sonhos, as pessoas compartilham conhecimentos, buscam soluções e praticam novas ações. Forma-se um ciclo que leva a refletir sobre a necessidade cada vez mais urgente de revermos o sistema de gestão dos recursos naturais e da própria vida coletiva. A participação é, portanto, essencial para a compreensão de mundo, como um todo complexo, assim como as ações são importantes para o estímulo da vontade de participar e, participando é possível dialogar e é possível construir-se um conhecimento compartilhado.

Figuras: 30 e 31: posto de saúde utilizado como depósito de sucata.

Fig. 32 e 33: reativação do posto de saúde.

3.2.4. A Agenda XXI do Pouso da Cajaíba

A seguir, podemos visualizar um resumo da Agenda de prioridades, diretrizes e ações construída ao longo deste processo. Essa agenda não acaba aqui com esta tese, ela é fruto de um processo participativo que, ao meu entender, não tem um fim, vai além do papel, está na vida de cada um dos moradores do Pouso que de alguma forma participaram e que continuam participando da busca de soluções para os problemas de qualidade de vida e do meio em que vivem.

Essa tabela, foi construída em conjunto, numa última reunião, quando fizemos uma memória de todos os outros encontro: o que havíamos discutido no início (sonhos e desejos de futuro), o que já havia sido feito ao longo deste processo e o que precisávamos para caminhar na busca de soluções para os problemas ainda existentes.

A agenda XXI do Pouso da Caixaíba:

PROBLEMAS	PONTOS POSITIVOS	VISUALIZAÇÃO DE FUTURO	AÇÕES CONCRETIZADAS	O QUE AINDA ESTÁ FALTANDO
1. lixo		Separação do lixo e coleta seletiva	Separação do lixo, acondicionamento do lixo seco em sacos, ponto de armazenamento na praia e coleta por barco	- Nem todas as famílias separam o lixo, faltam treinamento, maior motivação e prefeitura não cumpre o papel de coleta regular
2. educação	Há uma estrutura física	Ter escola de 5° ao colegial, pré - primário e alfabetização de adultos e projetos culturais (teatro, rádio comunitária etc.)	Alguns jovens estão fazendo o supletivo em programas estaduais e a comunidade está organizando-se para pagar a professora para turma de pré - primário.	-A prefeitura não assume a educação na comunidade e não apóia projetos alternativos de cultura
3. luz	Há recursos naturais disponíveis para geração de energia, como a água por exemplo	Projetos que possam gerar eletricidade para a comunidade	- Contatos com pessoas que se dispuseram a avaliar os potenciais de geração de energia aproveitando as quedas d'água; - Instalação de uma placa de energia solar na escola, o que tem sido demonstrativo.	- fazer contatos com outras instituições para ver as possibilidades de apoio para projetos de geração de energia.

PROBLEMAS	PONTOS POSITIVOS	VISUALIZAÇÃO DE FUTURO	AÇÕES CONCRETIZADAS	O QUE AINDA ESTÁ FALTANDO
4. turistas	Fluxo de turistas gerando renda para a comunidade	Organização do turismo e elaborar um projeto para geração de renda através de um turismo ecológico - Criação de uma área para acampamento;	<ul style="list-style-type: none"> - criação de um camping particular; - placa sobre o que fazer com o lixo nesta área 	<ul style="list-style-type: none"> - definição de regras básicas para o turismo, organizando-o; - criação de estratégias para geração de renda através de um turismo que não contribua para a degradação ambiental e da qualidade de vida dos caiçaras
5. saúde		<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento facilitado para a comunidade; - Projetos de orientação; - Resgate de plantas medicinais 	<ul style="list-style-type: none"> - reabertura do posto de saúde autorizada pela prefeitura e reativação do cargo de agente de saúde de uma das caiçaras; - marcação de consultas antecipadas sem a necessidade de pegar senhas. 	<ul style="list-style-type: none"> - buscar projetos que façam um resgate da utilização de plantas medicinais; - propor um projeto de medicina familiar com atendimento preventivo na comunidade, assim como atendimento odontológico preventivo;

PROBLEMAS	PONTOS POSITIVOS	VISUALIZAÇÃO DE FUTURO	AÇÕES CONCRETIZADAS	O QUE AINDA ESTÁ FALTANDO
6. água	Recurso em abundância	<ul style="list-style-type: none"> - fossas sépticas em toda a comunidade; - instalação de filtros alternativos para contenção de gordura; 	<ul style="list-style-type: none"> - limpeza das barras que desembocam no mar 	<ul style="list-style-type: none"> - não-utilização de detergentes não biodegradáveis. - plano para abastecimento das casas diminuindo o uso das mangueiras
7. caminhos	Acesso comunitário -	<ul style="list-style-type: none"> - organização dos caminhos e melhoria dos mesmos; 	<ul style="list-style-type: none"> - melhorias em 2 pontes de alvenaria; - melhoria em alguns caminhos 	<ul style="list-style-type: none"> - organização de mutirões periódicos para arrumação dos caminhos; - planejamento dos caminhos através de visualização de mapas e maquetes
8. geração de renda	Disponibilidade de muitos jovens para trabalhar	<ul style="list-style-type: none"> - ter espaços alternativos que absorvam toda a mão-de-obra da comunidade, diminuindo, assim, a saída dos jovens e adultos que muitas vezes trabalham embarcados em traineiras em outras cidades, deixando suas famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> - contato com o SEBRAE para incentivo aos artesãos e financiamento de cursos com artistas plásticos de Paraty; - confecção de camisetas com desenhos de um pescador do Pouso; - feito de peixe; defumado por um pescador; - criação de ostras por um pescador que fez um curso no sindicato dos pescadores 	<ul style="list-style-type: none"> - criação de um espaço para que os artesãos possam mostrar seus trabalhos; - criação de espaços para que os próprios caiçaras possam dar cursos sobre o que sabem fazer (artesanato em madeira; trabalhos com retalhos; cestaria de bambu, culinária típica, etc.);elaboração de cursos de viabilidade de utilização de recursos do mar -(criação de ostras, camarão, couro de peixe, etc.) - incentivar os próprios caiçaras a trabalharem na comunidade como educadores, agentes de saúde, limpeza pública evitando trazer pessoas de Paraty;

Sobre a última reunião....ou Fazendo uma avaliação:

Em nossa última reunião, em maio de 2000, fizemos uma avaliação de todo o processo e de como estavam andando as ações já iniciadas. Essa reunião foi realizada no início da pesca do camarão, o que impossibilitou a participação de muitos homens. Resolvemos, então, reunir as pessoas que estavam envolvidas com as coordenações da Associação.

“Eu acho que melhorou muito [sobre o lixo]. Lembra antigamente, né, era tudo em volta das casa. Hoje o pessoal separa, tem uns que ainda não separa direito, mistura. Mas mesmo assim diminuiu muito. Antigamente não tinha onde coloca, colocava por aí. Cê lembra?! Você não achou que ficou mais limpo?!” (Ana do Mário).

“Ainda não é todos não. Porque ali é o lixo seco, né? Mas o pessoal não entende, as vezes você vê saco de papel higiênico lá. No caso é papel, plástico, lata e vidro, tudo limpo, né?! (Tina)

Essas falas fazem uma avaliação sobre a situação do lixo, cuja ação já iniciada - separação do lixo e acondicionamento, fez com que tivessem mais uma visão de futuro, a da necessidade de melhoria na separação do lixo. Mas a fala a seguir mostra novamente a falta de compromisso do poder público com a comunidade, desmotivando muitas vezes ações de cidadania:

“O Rapaz que tava buscando o lixo, não vai vir mais, porque ele disse que a prefeitura não paga mais ele pra isso. Cadê o apoio da prefeitura, né. A gente tem que cobrar. Faz mais de três semanas que o lixo tá ali”(Vanilda).

A educação continua sendo uma preocupação presente já que ainda depende em muito da contribuição do poder público para que possa acontecer as melhorias esperadas mas, mesmo assim, tentam se mobilizar para solucionar alguns pontos:

[sobre o pré] *“Nós combinamos todas as mães, são quinze crianças, cada uma da dez, quinze reais e paga pra professora dá aula. No caso ela dá aula pros maior de manhã e dava o prezinho à tarde. Ela ganha mais e ajuda a gente, né?” (Ana do Mário).*

“Muitos agora, se interessaram e estão fazendo o supletivo de quinta a oitava, como a Tina. Pros adultos é uma solução.” (Vanilda)

Ao visualizarmos o futuro, pensando no desejo de ter luz na comunidade, desencadeamos uma busca por soluções, o que os levou a fazerem contatos, conversarem sobre o assunto com outras pessoas em Paraty, buscando alternativas que viabilizassem a geração de energia alternativa para o Pouso:

Tem um projeto, não sei se você já ouviu falar, de energia a água. Eu acho que isso é uma solução. Porque imagina daqui há dez anos se cada casa tive um gerador, a barulheira que vai ser à noite. E a água funciona vinte e quatro horas. Tem um rapaz de Paraty que prometeu vir aqui no Pouso pra ver se dá certo esse projeto aqui”(Ana do Mário).

Da mesma forma, a necessidade de transporte para Paraty: continua sendo bastante sentida.

“era preciso um barco bom, prum caso de acidente, isso sim precisaria”
(Ana do Mário).

“igual agora começa a pesca e não fica nenhum barco aqui. A gente fica isolada, os barco vão tudo pra pesca do camarão” (Dona Conceição).

“não acho uma boa idéia ter cais aqui não, vai virar uma coisa de point de maconha, de gente caindo por lá, até um acidente pode acontecer, teria que ter um caico bom pra desembarcar as pessoas, porque quando vem a maresia não é solução, ninguém vai poder desembarcar no cais. E o pessoal já falaram que não tem como ter um cais aqui” (Ana do Mário).

“é muito forte a maresia aqui” (Vanilda).

Houve também a melhoria de alguns caminhos, arrumados em mutirão com a verba conseguida com uma taxa cobrada das barracas de turistas, mas ainda falta um planejamento através da visualização de todos os caminhos:

“tem caminho aí que tá bem ruim né? Mas você já viu o calçamento que fizeram lá em cima, cê já viu? Ficou bem bom, né. Tem que fazer ainda a ponte dali que tá bem ruim” (Vanilda).

Um dos pontos mais importantes falado durante todo esse processo foi a necessidade de trabalho no Pouso que pudesse remunerar principalmente, as mulheres e os jovens, já que os homens ainda têm sua ocupação voltada para a pesca. No entanto, quando é época da pesca, os maridos vão para o mar e a

maioria das mulheres fica em casa sem nenhum dinheiro, conseguido pelos homens somente após a venda do peixe:

“Tem muita mulher sem ter o que fazer. Nos precisamos ganhar dinheiro também, porque na época que os marido vão pra pesca a gente fica sem nenhum dinheiro tem gente aí que passa fome! Aqui é assim!”(Ana do Mário).

“Eu mesma chega um tempos que fico desesperada, não tem nada pra fazê. Vai na praia lá não tem ninguém. Já teve dia de chegar na praia e não ver um pé de pessoa! Isso deixa a gente chateada, uma coisa assim sabe, não tem o que fazer, já aconteceu isso comigo! Por isso que agora eu tô nesse negócio aí de fazer um curso em Paraty, sabe, de arrumar alguma coisa pra fazer, porque é horrível, você não ganha dinheiro, depende da pesca que muitas vezes não dá, um mês dá, outro não dá. É horrível isso, você querer trabalhar e não poder?! Você vai todo dia em Paraty pra podê trabalhar, não tem condições. Aqui não tem trabalho nenhum, pra ninguém, que dize pro pescador tem, mas pra mulher não, vai faze o que só roça, né?! Já se foi o tempo” (Ana do Mário).

Houve então uma busca de alternativas que pudessem viabilizar uma geração de renda através de alternativas à pesca, e o artesanato foi a principal alternativa encontrada:

“Conversei com o pessoal do SEBRAE, com o pessoal lá, os artesão, né, artista plástico, deles vim aqui uma semana. Conversei com o Luís Pontual, e esses artesão de Paraty, não custa eles vim aqui uma semana. O SEBRAE

paga isso!!! Eu falei pra eles, gente cêis não vão fica com fome, se acha que o pessoal daqui não vão dá comida e casa pra eles ficarem. Uma semana eles davam um curso pro pessoal aí, a mulherada escolhe, ah cêis querem curso de bordado, de pintura, qué fazê cesto, escolhe uma coisa mais legal e dá o curso” (Ana do Mário).

“Mas eles não vão vir de graça, tem que ter um apoio, o SEBRAE poderia dar” (Tina).

A maricultura e outras possibilidades de agregar valor a pesca, como a utilização do couro do peixe na indústria de sapatos e bolsas também foram citadas:

“Curso também de maricultura criar marisco, seria muito importante. Lá no sul tem, os homens tiram e as mulheres limpam e embalam” (Tina)

A possibilidade de aprendizado com o artesanato é visto também como cultura, o que, na verdade, em alguns casos, pode ser entendido como resgate de cultura:

“Tem muita gente aqui que faz barquinho, retalho, mas tem que ter técnica pra cortar pra, costurá, tem que ser bem feito, pra conseguir vender”(Ana do Mário).

“Isso é uma cultura pro lugar e ao mesmo tempo a gente ganha dinheiro” (Délia)

Observam, também, a alternativa encontrada por outras comunidades vizinhas e a importância econômica dada ao artesanato feito pelos caiçaras, que é exportado para outros países:

“No Mamanguá a mulherada toda faz barco! Eu tive lá outro dia, eles trabalham com a caixeta, faz barco, gamela, remo, canoinha. E com isso rende dinheiro, porque esse artista plástico, o Luis, eu tive lá na casa dele, ele começou a trabalhar aqui em Paraty, vende pras lojas, turistas, só que esses produtos é mais fácil vender no atacado, do que vender no varejo pros turistas, as vezes você fica esperando e não sabe se ele vai comprar ou não. Ele agora vende na feira em São Paulo e tá até exportando pra fora do Brasil” (Ana do Mário).

Aqui, essa fala faz uma ligação direta da importância da conservação dos recursos naturais para a continuidade de obtenção da matéria prima para alguns artesanatos:

“Agora o pessoal do meio ambiente foram lá conversa com eles e eles tão fazendo um plano de manejo, que dizer não são todos que tão fazendo não, mas alguns já tão se conscientizando, sabe, os cara podando a caixeta, e a caixeta é uma planta que ela brota, cê corta ela brota, dá muito né. Eles cortam em volta deixa pegar sol na árvore, que dize eles tão cuidando da árvore. E isso é muito importante Agora eles não tão destruindo eles tão ajudando a conservar as mudas, a conservar pra brotar de novo” (Ana do Mário).

Assim têm um entendimento de que o processo de organização e de construção coletiva é, por vezes, penoso e demorado, mas que deu resultados ao longo desse período:

“Você vê, demora, demora, mas as coisas vão andando, o posto já abriu, a coisa do lixo! Tem coisa que já aconteceu, né? Já teve também muita briga, confusão... Nesse meio tempo tem muita história pra contar desse tempo todo que a gente tá nessa coisa toda da associação, enquanto isso já aconteceu muita coisa” (Vanilda).

“Dá um livro!! Uma bela duma história” (risos) (Tina).

Atribuem à organização da associação algumas conquistas:

“O Marcelo, ficou lá em casa no final de semana passado, trabalha na Abril, diz ele, e já conseguiu uma assinatura de graça da revista, a tal de Nova Escola, pra cá, em nome da associação” (Délia).

E dá para sentir o orgulho por, de alguma forma, serem lembrados e incluídos em fóruns maiores de tomadas de decisão:

“Nos fomo chamado pra participar, pela associação, duma reunião das associação dos morador de Paraty toda!! (Vanilda).

Fica, ainda, a esperança de conseguir um registro definitivo para a associação e a necessidade desse registro para a conquista de verba para o Pouso:

“Se desde aquele tempo a gente tivesse já conseguido registrar a associação, já tinha dado pra conseguir muito projeto” (Délia).

“Agora a gente tem que conseguir registrar porque se não registrar nos não vamo conseguir verba prá cá” (Vanilda).

E, por fim, ser cidadão do mundo, poder fazer parte, ter parte e ser parte do Pouso, de Paraty, do Rio de Janeiro das “Eco 92”, do Brasil, do planeta Terra, poder ser incluído na pauta do dia, das agendas de bolso (e por que não criarmos uma agenda de bolso do futuro?!), onde o futuro estaria ali construído e planejado por todas as mãos, por todos os homens, mulheres e crianças sem ser necessário registrar no cartório, nem publicar nossos sonhos no diário oficial da nação, porque na verdade ninguém os irá ler, nem os governantes, e os políticos de carreira que estão preocupados com grandes cifras!!!! Cifras essas que nunca chegam ao seu destino, indo para as grandes obras superfaturadas e retornando para os bolsos de muitos dos políticos e acabando em bancos estrangeiros, em países que os caiçaras do Pouso nem sonham que existem. No entanto, esses mesmos caiçaras, sonham com a tal da Internet, de que um dia ouviram falar, e que os pode levar a muitos lugares:

“Um computador aqui ia se bom, né, usar a tal de Internet!!! [muitos risos]
(Ana do Mário)

3.3. CONCLUSÕES

Partindo dos aprendizados adquiridos ao longo deste trabalho, acredito possível tecer algumas considerações sobre este tipo de pesquisa intervenção educacional:

I) Fomentar o desenvolvimento de sociedades sustentáveis e valorizar o espaço local, incorporando sua interdependência com o global, pressupõe:

1. Incentivar a participação da população em todas as etapas de processos voltados à conservação das áreas que habitam e/ou à melhoria da qualidade de vida;
2. Informar às pessoas as formas e meios de participação que devem levar em conta os costumes locais e não formas preestabelecidas (geralmente oriundas do universo acadêmico erudito) de participação e divulgação;
3. Estimular e apoiar a criação e/ou o fortalecimento de espaços de diálogo, de participação da população no planejamento e na construção de seu futuro;
4. Destinar recursos humanos capacitados, infraestrutura e recursos de apoio às atividades de planejamento participativo;
- 4.1. Os técnicos envolvidos no processo devem ter uma predisposição e um grande entendimento da importância da participação dessas pessoas para que o processo seja real e afetivo;

4.2. Os técnicos têm um papel importante na disponibilização de informações que facilitem as tomadas de decisão;

4.3. O papel do técnico nesses casos é bastante importante para alavancar um processo de organização e mostrar alguns caminhos de obtenção de informações;

5. Contribuir para o resgate de valores, conhecimentos e técnicas tradicionais e na busca de novos valores e técnicas que possam também propiciar uma maior sustentabilidade da comunidade e do meio;

6. Avaliar o processo, continuamente, propiciando mudanças que levem em consideração as necessidades emergentes ao longo do tempo;

II) O poder público, neste caso estudado, não cumpre o seu papel nos serviços básicos: saneamento, educação e saúde. Ainda que essas comunidades contribuam regularmente com o pagamento de impostos (INCRA e outros) e também na manutenção do turismo do município de Paraty, são completamente marginalizadas dentro do sistema;

III) A criação de espaços de locução, assim como a contribuição de um técnico na moderação desses espaços é essencial para a administração de conflitos, possibilitando o diálogo e a exposição de demandas e necessidades da comunidade que passam da individualidade para o coletivo, tornando-se responsabilidade da comunidade;

IV) Em qualquer trabalho que envolva o ser humano é preciso trabalhar a afetividade, principalmente quando há a inserção de pessoas que não fazem

parte daquele coletivo. Essa afetividade cria um diferencial positivo, bastante grande;

- V) A valorização do sujeito, através da potencialização de suas ações, faz com que haja maior participação e envolvimento;
- VI) A participação gerou a organização de uma associação que propiciou ações; as ações angariaram mais pessoas que começaram a participar e a propor outras ações; a participação e a ação parecem ter aumentado a criticidade das pessoas..., assim, acreditamos Ter havido um processo educativo que levou a ações positivas em relação à qualidade de vida e do meio;
- VII) Por fim, a elaboração de agendas que discutam ações e diretrizes para o futuro, levando em consideração todos os pontos colocados neste capítulo, é uma forma de fazermos parte e sermos parte da melhoria da qualidade de vida e do meio em que vivemos. Essa agenda pode ser expressa de várias formas; o que importa é como se dará o processo, como será a participação, o aumento da afetividade e da cumplicidade entre as pessoas. O que importa é querermos um futuro comum, onde todos possam participar e ter felicidade.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se eu pudesse viver novamente a minha vida, na próxima trataria de cometer mais erros. Não tentaria ser tão perfeito, relaxaria mais. Correria mais riscos, viajaria mais, contemplaria mais entardeceres. Iria a lugares onde nunca fui, teria mais problemas reais e menos problemas imaginários. Mas, se eu pudesse voltar a viver trataria de ter somente bons momentos. Porque, se não sabem, disso é feita a vida, só de momentos, não os perca agora.” (Jorge Luiz Borges)

Ao longo deste trabalho ficou mais forte para mim o quanto a sociedade contemporânea tem gerado riqueza e catástrofes não apenas no ambiente, mas na cultura, na identidade de populações tradicionais e na possibilidade de participação das pessoas nas decisões que envolvem a vida do planeta.

Percebi o quanto todas as pessoas daquela comunidade não acreditavam mais nos processos coletivos, sentimento propício à total individualização e mais do que isso, o quanto o poder público está equivocado quando deixa de criar espaços em que a população possa participar ativamente na busca de soluções para os problemas da comunidade, do município, do país, do mundo.

Acredito que a participação que propicia a politização e a socialização das informações seja essencial para a tomada de decisões com responsabilidade e a geração de um comprometimento social em relação à construção de uma sociedade mais justa e feliz, enlaçada pela sustentabilidade global. Assim, a organização das pessoas para a discussão de problemas locais pode possibilitar uma vontade de entendimento do todo e firmar uma responsabilidade pelo futuro comum.

Não há planejamento de futuro se não há organização que possibilite o diálogo; a sede de respostas para os problemas do agora é que possibilita um amadurecimento para se traçarem diretrizes para o amanhã. Há, em tudo isso, uma complexidade que talvez os nossos olhos não possam acompanhar, mas que move as relações humanas, os sentimentos.

Sobre a questão da sensibilidade na educação, cito aqui Barbier (1998:183), quando afirma:

“O sentimento é uma forma sutil de consciência desperta”

O que nos falta, portanto é saber trabalhar a articulação entre o hoje e o futuro, entre meio e a forma, entre o processo e a ação. São muitos pensamentos, muitas vontades, mas ainda acredito que um dos caminhos para a felicidade do ser humano, seja o diálogo, portanto a participação é essencial para o aprendizado sobre a vida humana, essencial para o exercício de valores como solidariedade e cooperação; essencial para o “tomar para si” a cidadania, uma cidadania ativa e consciente.

Como diz Brandão (1997:23):

“Um sentimento-de-sí-mesmo (...) pode e deve ser um verdadeiro fundamento das crenças pessoais e solidárias de todos nós. Esta é uma aproximação a uma busca de verdade que todos nós estamos construindo juntos. E, se muitas coisas nos irmanavam antes, esta consciência (sobre o valor da vida) lógica e afetiva de uma tal dimensão de pertencimento deve nos irmanar ainda mais”.

Fig. 34: Saída do Pouso da Cajaíba

Fig.35 e 36: Caminho de volta à Paraty.

5) BIBLIOGRAFIA

ADAMS, C., **Caiçaras na mata Atlântica - pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**, , Ed. ANNABLUME, São Paulo, 2000

ALVES, R., **O Quarto dos Mistérios**, São Paulo :Ed. Papirus , 1995.

BARBIER, R., **Multireferencialidade nas Ciências e na Educação: A Escuta Sensível na Abordagem Transversal**. São Carlos: Ed.:UFSCar, 1998.

BARRETTO, K.D., **A Mata Atlântica do Estado de São Paulo Através de um Programa de Multimídia**. São Paulo, 1997. 103p. Dissertação (mestre em ciências florestais) - Dept. de Ciências Florestais, ESALQ/USP

BORDENAVE, J.E.D., **O que é Participação?**, São Paulo: Ed. brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C.R. (organização), **Pesquisa Participante**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C.R. (organização), **Repensando a Pesquisa Participante**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984

BRANDÃO, C.R., **O que é Educação?** , São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C.R., **“O Ambiente, o sentimento e o pensamento: dez rascunhos de idéias para pensar as relações entre eles e o trabalho do educador ambiental.”**IV Fórum de Educação Ambiental/ 1 Encontro da Rede de

Educação Ambiental - Guarapari-ES. Cadernos do IV Fórum. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva/Instituto ECOAR para a Cidadania/Instituto de Estudos Econômicos, 1997.

BRITO, M.C.W., **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**, Ed. ANNABLUME, São Paulo, 2000

BRUYNE, P., Herman, J., Schoutheete, M., **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

CAPRA, F. **A Teia da Vida - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, Ed. CULTRIX, 1996.

CARVALHO, I.C.M., **Territorialidades em Luta: uma análise dos discursos ecológicos.**, São Paulo: Instituto Florestal, 1991

Cógito/ECOAR, **Relatório do projeto**, São Paulo, 1998.

CORDANI, G.U., Marcovitch, J., Salati, E. (organização), **Rio 92 Cinco Anos Depois: Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio 92**, São Paulo: Alphagraphics, 1997.

CORIOLOANO, L.N.M.T., **Turismo e Degradação Ambiental no Litoral do Ceará**. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

DALLARI, D. de A., **O que é Participação Política**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

DEMO, P., Participação e Meio Ambiente: uma proposta educativa preliminar, Brasília: SEMA, 1985

DENZIN, N.K., "The Research Act : A theoretical Introduction to sociological methods" New Jersey: Prentice Hall, 1989.

DENZIN, N.K. & Lincoln, Y.S., Handbook of Qualitative Research. USA: Sage, 1994

DIAS, G.F., Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Ed. Gaia, 1994.

DIEGUES, A.C., Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas, São Paulo em Perspectiva Vol. 6 n 1 e 2, São Paulo: SEADE, 1992.

DIEGUES, A.C., Nogara, P.J., O Nosso Lugar Virou Parque: um estudo sócio ambiental do Saco de Mamanguá - Paraty (RJ). São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DIEGUES, A.C., O mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

DINIZ, C.C., Elaboração Participativa de Um Plano de Gestão em Educação Ambiental para O Campus "Luiz de Queiroz"/ Universidade de São Paulo", São Paulo, 1999. 352p. Dissertação (mestre em ciências florestais) - Dept. de Ciências Florestais, ESALQ/USP

FREITAS, S.M., Texto apresentado no Workshop: **História Oral x Museus**, Piracicaba, 1996.

GADOTTI, M., Gutiérrez, F., **Educação Comunitária e Economia Popular**, São Paulo: ED. Cortez, 1993.

HAGUETTE, T.M.F., **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Rio de Janeiro: ED. Vozes, 1992.

JACOBI, P.R., **Educação para a Cidadania: participação e co-responsabilidade**, São Paulo: CEDEC, 1997.

LUCHIARI, M.T.D.P. **Caiçaras, Migrantes e Turistas : A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias)**. Dissertação (M.S.) - Unicamp, Campinas, 1992.

LÜDKE, M., André, M.E.D.A., **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACEDO, S.S., PELEGRINNO, P.R.M., **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

MACNEILL, J. et ali, **O Imperativo de Crescimento e Desenvolvimento Sustentável**.

MAFFESOLI, M. – **Socialidade é a marca da ética pós-moderna** in Folha de São Paulo, 14/10/89, G-6, Letras, Tradução de Maria Cecília Sanches Teixeira.

MAFFESOLI, M. **No Fundo das Aparências**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

MANZOCHI, L.H. **Participação do ensino de ecologia em uma educação ambiental voltada para a formação da cidadania: a situação das escolas de segundo grau no município de Campinas**. Dois volumes, Dissertação de mestrado, Unicamp, Programa de Pós graduação em Ecologia, 1994.

MEYER, M.A.A.. **SER-TÃO NATUREZA: A Natureza de Guimarães Rosa**. Tese de doutorado em ciências sociais - IFSH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1998.

MIGAGLIA, C.L.V. **Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias**, Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

MINAYO, M.C.S. (organizadora), **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1996.

NOVO V., M. **Educación Ambiental**, Ediciones Anaya S.A., Madrid, 1985.

PATTON, M.Q., **Qualitative Evaluation and Research Methods**. USA: Sage, 1990

RODRIGUES, A.B., **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997.

ROHDE, G.M., **Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado** in Desenvolvimento Sustentável: Estudos para uma sociedade sustentável. Editora CORTEZ, São Paulo, 1998.

SANTOS, B. de S., **Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós Modernidade**. Ed. Cortez, São Paulo, 1997.

SCARSI, J. C., **Educação e Participação**. Rio de Janeiro: Philibiblion [Brasília]: IICA: Secretaria de Ensino de primeiro e Segundo Graus/MEC, 1985.

SORRENTINO, M., **Associação para Proteção Ambiental de São Carlos: subsídios para compreensão das relações entre movimento ecológico e educação**. Universidade Federal de São Carlos, S.P., 1988.

SORRENTINO, M. **Educação Ambiental, Participação e Organizações Ambientalistas**. Departamento de Ciências Florestais/ESALQ/USP Documentos Florestais, Piracicaba (14):1-17, 1992

SORRENTINO, M., **Vinte anos de Tbilisi, cinco da Rio 92. A Educação Ambiental no Brasil**. Caderno CEDEC, ano II - nº 7, São Paulo, 1997

SORRENTINO, M., **A temática Ambiental e a Pluralidade dos Ciclos de Seminários do NEPAM**. Campinas. Unicamp, Nepam, 1998.

- SORRENTINO, M., Tassara, E., **O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas**. São Paulo: Cepam, 1999.
- SOTERO, A., **Educação e Participação**. Rio de Janeiro, Ed: IICA, 1985
- THIOLLENT, M., **Metodologia da Pesquisa Ação**, São Paulo: Ed. Cortez, 1985.
- TUNDISI, J. G. e SILVA, D. **Apresentação de Agenda 21 em Sinopse**. Editora UFSCar, São Paulo, 1999.
- TRISTÃO, M., **Pedagogia Ambiental: uma proposta baseada na interação**.
Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, 1993.
- UNESCO, **La educación ambiental - Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi**, 1980
- VIEZZER, M. & Ovalles, O. (organizadores) **Manual Latino Americano de Educ-Ação Ambiental**, São Paulo: Gaia, 1994.
- VON der WEID, N. **Agenda 21: uma etapa em direção ao desenvolvimento sustentável**, Jornal: Política Públicas – IBASE, RJ, 1999.
- WWF, **Muda o Mundo Raimundo: educação ambiental no ciclo básico do Brasil**, Brasília: WWF, 1996.

6. ANEXOS

6.1. Primeira reunião

Pouso da Cajaíba

I Reunião de
moradores (homens e
mulheres) e turistas

Fevereiro de 1999

Apresentação

Caros moradores do Pouso da Cajaíba e turistas, em fevereiro deste ano foram todos convocados para uma reunião onde discutiríamos os problemas comuns enfrentados por todos no local. A intenção é podermos nos unir, discutirmos os problemas, as possíveis soluções e arregaçar as mangas para que possamos fazer do Pouso um lugar ainda melhor para se viver.

Todos nós sabemos que muitas outras reuniões já foram feitas e acabaram em nada!!! E também sabemos que em todo lugar onde moram muitas pessoas existe sempre discordância, um pensa de um jeito outro pensa de outro

jeito, mas isso não é ruim!!! É preciso que a gente saiba sentar e conversar, afinal todos moram num mesmo lugar!!

Fizemos essa cartinha para que você, que não pode participar dessa primeira reunião, possa saber o que foi discutido. A nossa intenção é que ninguém fique de fora. Todos podem e devem dar o seu palpite, participar das próximas reuniões e ajudar a fazer do Pouso da Cajaíba um lugar cada vez melhor!!!

O que foi discutido na reunião:

Quais os principais problemas do Pouso?

1. Lixo por toda parte que além de causar doenças de pele e outras ainda junta bichos e pernilongos
2. Falta de uma Associação de Moradores
3. Falta de luz
4. Necessidade de uma cais
5. Turismo sem regra e problemas que isso traz para o lugar
6. Não funcionamento do posto de saúde
7. Águas das cachoeiras sujas e com lixo
8. Problema com algumas fossas abertas e esgoto que vão direto para as águas causando doenças
9. Falta de uma embarcação coletiva para que todos possam ir à Paraty (cidade)

10. Necessidade de um telefone público
11. Necessidade de formação de uma classe de pré primário para as crianças
12. Necessidade de formação de um grupo de alfabetização de adultos

Na próxima reunião iremos discutir as possíveis soluções para cada problema e decidir juntos o que é necessário fazermos num próximo passo.

A nossa próxima reunião será entre os dias 26 de março e 04 de abril, portanto fique atento, estaremos colocando cartazes e distribuindo convites para todos!!!

Você é muito importante para que todos nós possamos fazer do Pouso da Cajaíba um lugar melhor e com isso todos ganham.

Participe!!!

6.2. E-mails recebido de turistas com casa no local

e-mail 1:

Subject: cajaíba
Date: Mon, 29 Mar 1999 18:22:38 -0300
From:
To: <mccbrito@carpa.ciagri.usp.br>

Querida Monica e querido Klaus

Recebemos correpondência de voces e gostamos do material da reunião.
Infelizmente nao nos encontraremos no Pouso desta vez: o Olavo nao pode ir e eu perdi os documentos do meu carro e os novos não ficarão prontos antes de 4a. feira 31/3, assim deixo para ir ao Pouso no 21 de abril. Vou arrumar um tempo para dar continuidade ao trabalho de alfabetização das mulheres.

E menininha de vocês, quando chega??

um abração,

Sue

e-mail 2:

Lili e Pascal - POUSO

Subject: Lili e Pascal - POUSO

Date: Thu, 29 Jul 1999 11:33:34 +0200

From: "Marília Librandi Rocha" <marilia@uol.com.br>

To: "Klaus e Monica" <kdb@carpa.ciagri.usp.br>

CC: "Klaus e Monica" <kdb@carpa.ciagri.usp.br>

Olá,

escrevo para mandar nosso novo endereço:

Al. ... Cotia. São Paulo. Cep: 0...00-000

Fone: (011) - ... / cel. ...

Mando lembranças para o irmão da Monica, esperando que não tenha sido nada muito grave. Passamos ainda ótimos dias no Pouso, com a novidade da família Clóvis que é mesmo de amargar. Como eles são barulhentos! Adélia estava tomando as providências, falando com Paraty para prevenir o Ibama. Viajamos no barco de volta junto com o lixo reciclado e todos estão muito animados com a Associação. Nós também. Conversei com algumas pessoas de lá e com a comissão de cultura sobre a idéia de montar uma biblioteca na escola, levando doações de livros para as crianças e para os adultos: sobre saúde, reciclagem, pesca, plantação, geografia, culinária e literatura. Há anos tenho essa vontade, dando o nome de Biblioteca Isabel Maria. A Isabel, amiga nossa falecida, passou muito tempo no Pouso, a tal ponto que pediu para ser enterrada lá (suas cinzas foram levadas pelo Marcos, o Marquinhos nosso amigo que era marido dela). Ela tinha um carinho enorme pelas pessoas do lugar e era conhecida e querida por todos. Lancei a idéia e eles gostaram. Bastam algumas estantes, um sistema de empréstimo e pronto. Garotos como o Gilson, filho da Tetéia, por exemplo, que adora ler desde pequeno, irão se beneficiar. Enfim, idéias que se fortaleceram com a Associação, graças ao trabalho que vocês tem feito por lá. Mantenhamo-nos em contato, e qualquer ajuda aqui de SP, é só pedir. Beijos em todos, e um especial na Ceci. Até mais, Lili.

6.3. Estatuto da ASMAPOCA - Associação dos Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO POUSO DA CAJAÍBA – ASMAPOCA

CAPÍTULO PRIMEIRO DA DENOMINAÇÃO - SEDE - DURAÇÃO E FINALIDADE

ARTIGO 1º)

A **Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba**, a seguir denominada por **ASMAPOCA**, é uma **ASSOCIAÇÃO CIVIL**, de Direito Privado, de caráter **sócio - ambientalista**, **sem fins lucrativos**, de duração indeterminada, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas, com sede, domicílio e foro na cidade de Paraty - RJ.

ARTIGO 2º)

A **Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba** enquanto associação civil sócio-ambientalista, tem como finalidades e objetivos principais:

- I. Contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente da comunidade caiçara do Pouso da cajaíba, buscando assim um futuro mais feliz;
- II. Estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania através do fomento e oportunidade de participação de todos os membros da comunidade;
- III. Estudar, pesquisar e divulgar as causas dos problemas ambientais e de qualidade de vida da comunidade, buscando assim possíveis soluções, visando o desenvolvimento ecologicamente sustentável;
- IV. Construir, disponibilizar e trocar informações e conhecimentos adquiridos que contribuam para o desenvolvimento ecologicamente sustentável e assim a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente;

- V. Facilitar o diálogo e a resolução de conflitos existentes na comunidade;
- VI. Estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns.
- VII. Angariar e gerir fundos necessários, provenientes de indivíduos ou entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas.

ARTIGO 3 °)

A Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações, não admitindo controvérsias de raça, credo religioso, cor, gênero ou político-partidárias, em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.

ARTIGO 4°)

A Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba não remunera os membros das Coordenações, quaisquer que sejam, não distribuindo lucros ou dividendos a qualquer título ou sob nenhum pretexto, sendo que eventuais superávits de quaisquer exercícios financeiros serão destinados à consecução de suas finalidades e objetivos estatutários e aplicados integralmente no país.

ARTIGO 5°)

A Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba poderá aceitar auxílios, doações, contribuições, bem como poderá firmar convênios de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com organismos ou entidades públicas ou privadas, desde que não impliquem em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos nem arrisquem sua independência.

ARTIGO 6°)

Todo o material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pela **Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba** em convênios, projetos ou similares, incluindo qualquer produto, são bens permanentes da sociedade e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pelo Assembléia Geral.

CAPÍTULO SEGUNDO DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL

ARTIGO 7º)

A Associação será composta de um número ilimitado de sócios, que se disponham a viver os fins sócio-ambientais e estatutários da sociedade, não respondendo pelas obrigações sociais da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba

ARTIGO 8º)

A Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba possui as seguintes categorias de associados:

I. SÓCIO FUNDADOR

Será considerado sócio fundador, com direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias os sócios que assinarem a ATA de Fundação da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba

II. SÓCIO EFETIVO

Será considerado sócio efetivo, qualquer associado ou pessoa que não seja fundador da Associação de Moradores e Amigos* do Pouso da Cajaíba aprovados pela Assembléia Geral de Sócios. Possuem direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias da sociedade.

* Os “amigos” são pessoas que possuem casa no Pouso da Cajaíba e que não necessariamente habitam durante todo o ano no local, assim como os parentes dos moradores efetivos da comunidade do Pouso da Cajaíba, moradores de outras comunidades ou cidades e também outros que a Assembléia Geral considere de comum acordo como “amigos”.

ARTIGO 9º)

Os sócios efetivos só serão admitidos ao quadro social após aprovação pela Assembléia Geral de Sócios.

ARTIGO 10º)

São direitos de todos os sócios fundadores e efetivos:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação como sócio efetivo.
- b) Ter acesso as atividades e dependências da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba
- c) Apresentar moções, propostas e reivindicação a qualquer das coordenações da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba
- d) Convocar Assembléia Geral, mediante requerimento assinado por 1/3 (um terço) dos sócios efetivos.
- e) Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sócio-ambiental.

ARTIGO 11º)

São deveres de todos os associados:

- a) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba agindo com ética sócio-ecológica .
- b) Defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos ao meio ambiente sadio e equilibrado, o respeito a todas as formas de vida, o respeito à liberdade de opinião e a diversidade sócio-cultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos.
- c) Participar de todas as atividades, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e comunidades.

CAPÍTULO TERCEIRO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ARTIGO 12º)

São órgãos de administração da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba

- I. Comissão Institucional
- II. Comissão de Saneamento Básico
- III. Comissão de Benfeitorias

IV.Comissão de Turismo

V.Comissão de Educação e Cultura

E outras que venham a ser formadas, por necessidade, apontada e votada em Assembléia Geral, convocada para esse fim.

ASSEMBLÉIA GERAL DE SÓCIOS

ARTIGO 13º)

O Assembléia Geral de Sócios é a instância máxima decisória da Associação, sendo composta por todos os sócios fundadores e sócios efetivos em pleno gozo de seus direitos.

ARTIGO 14º)

O Assembléia Geral de Sócios elegerá as Comissões que comporão a Associação, definindo suas funções, atribuições e responsabilidades através de Regimento Interno próprio.

ARTIGO 15º)

O Assembléia Geral de Sócios será convocada:

- a) Ordinariamente a cada seis meses para apreciar as contas da Associação, aprovação de novos sócios efetivos e cada ano para eleger os membros que irão compor as Comissões;
- b) Extraordinariamente, a qualquer tempo, convocada pela Comissão Institucional ou por 1/3 dos sócios em pleno gozo de seus direitos, por motivos relevantes.

ARTIGO 16º)

Compete a Assembléia Geral:

- a) Propor e aprovar a admissão de novos sócios efetivos.
- b) Deliberar as funções das Comissões que constituem a Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba.
- c) Examinar e aprovar o relatório, balanços e contas da Associação.
- d) Eleger os membros das Comissões.
- e) Determinar e atualizar as linhas de ação da Associação

- f) Autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes a Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba

ARTIGO 17º)

A convocação da Assembléia se dará por carta aos associados ou por edital afixado na sede social com 15 dias de antecedência, sendo que o quorum mínimo para a Assembléia Geral será de 1/3 dos sócios efetivos em pleno gozo de seus direitos em primeira convocação e de 10% (dez por cento) em segunda convocação um dia após.

DA COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

ARTIGO 18º)

A Coordenação Institucional é um órgão colegiado, com o mínimo de três membros e no máximo cinco, subordinado à Assembléia Geral de Sócios, responsável pela representação social da Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba, bem como possui a responsabilidade administrativa da Associação, composto de sócios efetivos, com mandato de 01 ano, permitindo-se reeleição.

ARTIGO 19º)

A Coordenação Institucional compete:

- a) cuidar de todas as atribuições necessárias no que diz respeito à: exame de livros, papéis, escrituração contábil e administrativa, estado do caixa e valores em depósito e as demais providências julgadas necessárias;
- b) a realização de análise e avaliação da estrutura administrativa da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba;
- c) divulgação das atividades da Associação e a busca de novas oportunidades de parcerias e recursos;
- d) convocar a Assembléia Geral Ordinária que elege os membros das Comissões constituintes da Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba.

CAPÍTULO QUARTO DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 20º)

A Comissão Institucional assim como todas as outras Comissões que compõem a Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba, será eleita pela Assembléia Geral de Sócios anualmente por voto direto dos sócios com pelo menos um ano de filiação efetiva. Essa assembléia geral será convocada especialmente para isso, podendo compor chapa todos os sócios efetivos, mas concorrendo apenas por uma única chapa, sendo os trabalhos eleitorais organizados por uma comissão definida pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO QUINTO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 21º)

Os bens patrimoniais da Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba não poderão ser onerados, permutados ou alienados sem a autorização do Assembléia Geral de Sócios, convocada especialmente para esse fim.

ARTIGO 22º)

A sociedade será dissolvida apenas nos casos da Lei e por decisão de Assembléia Geral, expressa da maioria de 2/3 (dois terços) dos sócios efetivos, sendo seus bens patrimoniais destinados a instituições similares, neste caso cabendo a Comissão Institucional ser a liquidante nata da Associação.

ARTIGO 23º)

Nenhuma categoria dos sócios responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos assumidos pela Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba

ARTIGO 24º)

A Comissão Institucional está autorizada a proceder o registro
dessas comissões serão resolvidos

Efetivos, convocada especialmente para esse fim com a presença da maioria simples dos associados em pleno gozo de seus direitos em primeira convocação e de 1/3 (um terço) em segunda convocação.

Paraty RJ 21 de Junho de 1999

Derlinda de Souza do nascimento

UNICO SERVIÇO REGISTRAL E EXECUTORAL DE PARATY - PRIVATIZADO
Rua José Vieira Ramos s/n - Bairro de Fátima
Reconheço por semelhança a firma de DERLINDA DE SOUZA DO
NASCIMENTO, a qual confere com o padrão arquivado em cartório.
Paraty, 24 de Agosto de 1999
Em test.
R.P/EXPER. - VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO Mat:86/1996
Valido Somente com o Selo de Fiscalização (Valor: 1,27

UNICO SERVIÇO REGISTRAL E EXECUTORAL DE PARATY - RJ - PRIVATIZADO
RUA JOSÉ VIEIRA RAMOS, S/Nº
BAIRRO DE FÁTIMA CEP: 23870-000
TEL: (024) 371-2893 FAX 371-1596
BEL VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996
Substituta - Mat. 94/0790

6.4. Artigos de jornais sobre o Pouso da Cajaíba

jornal local

Rio de Janeiro, 1998

7

Invasões ameaçam Reserva Ecológica da Juatinga, em Paraty

A Reserva Ecológica de Juatinga, em Paraty, vem sofrendo com o desmatamento constante e com a construção de moradias irregulares. Apesar de todas as denúncias os agressores não dão trégua. Em junho deste ano, o Sr. Manoel dos Remédios, conhecido como Maneco, morador da Praia Martim de Sá há mais de 40 anos, foi procurado em sua casa por Antônio Rocha Pacheco. O Sr. Antônio, que alega ser proprietário das terras, portava visivelmente sua arma com o intuito de pressionar o morador e sua família a deixarem o local em troca de algum dinheiro e um punhado de terras vizinhas.

Todas as leis garantem aos moradores nativos o direito de permanecer naquelas terras. Seu Maneco se recusou a sair, mas mesmo assim obras foram iniciadas, destruindo parte da restinga e avançando sobre a roça de sua família.

Daí em diante, ele e outros moradores ameaçados começaram a pro-

curar ajuda. Porém, até hoje, apesar de todos os órgãos responsáveis terem conhecimento das denúncias, nenhuma solução definitiva foi tomada para garantir os direitos e a sobrevivência das famílias — ameaçadas inclusive em sua integridade física — e a preservação da mata nativa.

Recentemente a situação agravou-se

As obras dentro da Reserva Ecológica da Juatinga — Paraty/RJ permaneceram paradas durante o mês de agosto, quando houve uma grande mobilização e vários técnicos e profissionais ligados ao Instituto de Florestas do Rio de Janeiro que visitaram a área. Mas há aproximadamente 40 dias, os "Pachecos" retomaram, dando sequência às obras e desmatando parte da restinga, com intenção de construir pousadas para turistas. Como já salientamos, as obras contrariam todas as normas de proteção ambiental, incidindo nos artigos 38, 39, 40, 48 e 64 da Lei de Crimes Ambientais (9605/98) e infringindo a Lei nº 1859/91, que cria a Reserva Ecológica da Juatinga, uma Unidade de Conservação não edificante. Ainda mais, a Lei 2393/95 que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro não tem sido implementada, gerando situações de risco para todos os envolvidos. Fica a pergunta no ar: somente uma tragédia vai mobilizar as autoridades?

jornal "Notícias Populares"

São Paulo, domingo, 16 de janeiro de 2000 N.º 13.043

**DOMIN
GÃO NP**
Notícias Populares

Ilha de Cajaíba

Água azul, areia branca e PF a R\$ 5

Ramiro Zwetsch

CRISTIAN AVELLO CANCINO

Prepare-se para comer muito peixe. E até acreditar que é um deles. A praia de Pouso da Cajaíba é uma vila de pescadores abençoada por Deus e bonita por natureza. Só se chega ao pico de barco, depois de 2 horas navegando pela Baía de Parati (a 330 km de Sampa).

Se você não é dos que enjoam com o sacolejo do barco (não vá dar comida pros peixes pela boca!), a viagem por mar já será um passeio e tanto. Ladeando ilhas e costões forrados de Mata Atlântica, chega-se à Cajaíba, e sua imagem — como tudo aquilo que se encontrará no caminho —, parece miragem de naufrago.

É que uma baiazinha de água cristalina te acolhe e dois montes — que lembram o morro Dois Irmãos, na cidade do Rio de Janeiro, e impressionam pela altura — ficam submersos entre nuvens (coisa que não falta nesta época do ano por lá).

É verdade que chove muito, como chove em Ubatuba e Parati (as cidades grandes mais próximas), mas mesmo assim é possível que o tempo faça a seguinte proposta a você:

"Tome sol de manhã e prepare-se pra se molhar à tarde, que aí é a hora da chuva!".

Dá pra voltar moreno mesmo assim. E o melhor é que você vai voltar descansado, relaxado (não tem erro). A rotina da Cajaíba é muito fácil.

A galera acorda tarde, vai pra praia, fica curtindo uma de lagarto, espera cair a tarde, fica com fome e bate um rango num dos restaurantes do pico.

Todos os bares oferecem o mesmo rango. Peixe frito, cozido, com molho... Mas sempre peixe. Os recomendados são o robalo, a casaca e o bonito. E quem faz a comida são os próprios pescadores ou, claro, as mulheres deles. Com feijão, arroz e de repente uma batata frita o rango não sai por mais que R\$ 6.

À noite tem o bar da Dona Maria, que tem uma mesinha de bilhar e uma das únicas televisões do pico. É que na Cajaíba não tem nem mesmo luz elétrica, então você estará se sentindo no século passado. Não rola nada de espetacular, só natureza!

Em Cajaíba, você vai ficar de papo pro ar. Os rolês incluem apenas mar e paisagens com esta

Viagem pra lá é meio embaçada

Pra chegar à Cajaíba dá um certo trabalho. Você tem que pegar um ônibus em São Paulo com destino a Parati. Quanto morre? Apenas R\$ 16. Se pegar o bumba das 22h, da viação Reunidas Paulista, você vai chegar por volta das 3h da madrugada lá, na cidade do Amyr Klink.

Daí, vá pro cais. Lá, tem um posto de gasolina que funciona a noite toda e um frentista que tá ligado no movimento dos barcos.

Ele te informa sobre os marinheiros que vão te levar pra Cajaíba.

Geralmente, os caras esperam que se forme um grupo de, no mínimo, oito pessoas pra zarpar.

Aí, a viagem fica mais barata e você pode guardar dinheiro pra tomar uns gorós. Os caras cobram, em média, R\$ 15 pela passagem.

Na Cajaíba você se informa sobre o preço de aluguel de casas ou sobre o camping. Se o grupo que estiver com você for grande, a diária vai sair mais barata, uns R\$ 15 por pessoa.

ONDE FICA CAJAÍBA

Fique por dentro de Cajaíba

A 330 km de Sampa, Parati reserva lindas paisagens naturais. Uma das mais belas localidades é a pequena ilha de Cajaíba.

6.5. Carta de uma caiçara ao juiz local

Volta Redonda, 26 de agosto de 1998

Exmº. Sr. Dr.
Juiz de Direito da
Vara de Paraty-RJ

Mariete Sousa, brasileira, solteira, jornalista, RG 15.952.523, CPF 044 487 958 70, nascida em 09 de abril de 1963, na localidade de Pouso da Cajaíba, nesta cidade, filha de Benedito Sousa e Oristêia Sousa, (nascidos e residentes em Pouso da Cajaíba), residente à Rua Dr. Gomes Filho, nº 287, aptº 102 - 090 bairro Retiro, cidade de Volta Redonda - RJ, CEP 27.275 - 090, vem com todo respeito à presença de Vossa Excelência relatar fatos e suplicar por providências à cerca de questões que envolvem a família Sousa, nativa do Pouso da Cajaíba.

De acordo com a história da localidade, contada por pessoas idosas do lugar e a própria documentação encontrada no Cartório de Paraty, esta família tem quase 200 anos de tradição em Pouso da Cajaíba, e vive sob pressão desde a década de 70 pela família do senhor Antônio Rocha Pacheco (já falecido). Apesar disto, seus filhos, Clóvis Pacheco e Antonio Rocha Pacheco Júnior entraram na justiça recentemente alegando serem donos de uma faixa de terra na qual vive uma boa parte desta família que vem sendo ameaçada de perder seu direito de herança.

Os herdeiros das terras do Pouso, sabem que a família Pacheco adquiriu, não sabe ao certo, como a Fazenda Martin de Sá, que pertencia, assim como as terras do Pouso ao senhor Antônio Xavier de Sousa, (falecido no início deste século), sendo ele bisavô dos irmãos Alípio Sousa e Benedito Sousa.

Uma pequena sorte de terra no Pouso da Cajaíba, foi no passado ponto de embarque e desembarque do senhor Antônio Xavier, que a usufruía para o tráfego de produtos originários de plantios. Este insignificante espaço não pertence e nunca pertenceu a fazenda Martin de Sá, foi usado pelo verdadeiro dono da Fazenda e do Pouso, o senhor Antonio Xavier, apenas por necessidade própria.

Ao final da década de 50, quando o senhor Antônio Rocha Pacheco apareceu no Pouso dizendo ter comprado as terras do Martin de Sá, pediu autorização a um membro da família Sousa para construir uma pequena residência no local onde Antonio Xavier fazia uso de porto para embarque e desembarque, sendo que este espaço lhe foi cedido. Além desta façanha, os filhos do senhor Pacheco insistem em querer chamar de estrada, uma trilha que Antonio Xavier usava para trafegar entre o extinto porto e a Fazenda Martin de Sá. Esta trilha de maneira alguma tem aspecto de estrada e jamais foi vendida a alguém. É o caminho da trajetória diária dos caiçaras nativos. O Porto do Pouso da Cajaíba foi extinto no início deste século, deste período para cá a localidade de Pouso da Cajaíba ficou sendo habitada pelos nativos, herdeiros do senhor Antonio Xavier de Sousa, e isto se comprova pela documentação deixada em cartório e pelos atuais moradores da terra.

A trilha mencionada acima, é ambiciosamente desejada pela então família Pacheco, que quer transformá-la em estrada. Segundo os próprios Pachecos comentam, vão construir na Fazenda Martin de Sá, uma espécie de condomínio, para abrigar turistas nas altas temporadas, e por este fato pretendem retirar os nativos instalados há anos nas proximidades desta trilha, a sete metros acima e abaixo da área, para utilizá-la como acesso entre as duas localidades, Pouso e Martin de Sá, como antigamente, quem sabe até reativar o antigo porto.

Se havia insatisfação dos caiçaras durante o período em que o senhor Antonio Pacheco passou em vida no Pouso, ela permanece até os dias atuais. Na década de 70 apareceu no Pouso um de seus filhos, Clóvis Pacheco, que aproveitou da humildade dos nativos que ali encontrava, sobreviventes do fruto de sua terra e da pesca, sem defesa e sem o conhecimento literário, forçou-os a baixar a cabeça e a conviver com a sua harrogância. Clóvis andava armado de revólver entre os filhos da terra e em tom de ameaças.

Na ocasião Clóvis desembarcou na praia da Fazenda Martin de Sá um grande número de animais, entre bois, vacas, cavalos e etc., que soltava-os a qualquer sorte iam para o Pouso e se alimentavam das plantações dos nativos, além disso não tinham a liberdade de locomoção em parte alguma, em razão do incômodo que os animais lhes causavam.

Quando havia algum animal para o abate, não era realizado na fazenda como deveria, mas sim no Pouso como em praça pública, debaixo de um pé de jaca, acima da casa de meus pais (onde ainda moram e criaram 10 filhos), onde passa um rio, no qual na época era de uso de muitas famílias, inclusive a minha. Todo o resto do abate, tripas, sangue e etc., era jogado no rio e ali apodrecia para alimento dos urubus e, enquanto não chovia, as famílias moradoras nas proximidades do leito do rio ficavam sem a sua preciosa água, que era de uso para o sustento diário, sem falar que não suportavam o mau cheiro que ficava no local, em razão dos restos apodrecidos dos animais mortos.

O senhor Clóvis usava esses métodos como forma de perseguição à todos que acreditava estar amedrontados por ele, dizendo ser dono de uma grande área de terra no Pouso. Surpreendentemente, invadiu a privacidade alheia, entrou mato a dentro armado de revólver, acompanhado de homens dizendo ser engenheiros e mediu terras, pressionando e oprimindo os irmãos Alípio e Benedito, totalmente desprotegidos. Na ocasião, uma das pessoas atormentadas, a senhora Paula Costa de Sousa, minha bisavó (já falecida), infartou-se.

A família Pacheco durante algum tempo ficou instalada no Pouso, tirando cartas da manga, mandando e desmandando como se fosse dona de tudo, até mesmo ampliou a pequena casa construída pelo senhor Antônio Pacheco, espaço cedido que não lhe pertence. Clóvis, como mencionei a cima se comportou como um invasor, teve atitude inversa a de seu pai que pelo menos pediu autorização para construir uma casa.

Com a ausência dos membros desta família, por um certo tempo, tudo parecia tranquilo, mas infelizmente, no final do ano de 1997 apareceu no Pouso outro filho do falecido Antônio Pacheco, Antônio Rocha Pacheco Júnior, chegou para acabar com a paz de vez. Perturbou o sossego alheio da forma que quis. Sempre armado de revólver, se comportando como um moleque, abordava todas as pessoas na praia, provocava os herdeiros mais velhos, os irmãos Alípio Sousa e Benedito Sousa, dizia que todas as terras do Pouso lhe pertencem, que todos são analfabetos e não sabem de nada. Todas as vezes que desembarcava-se material de construção na praia, ele procurava entrar em discussão, fazia indagações e dizia que no Pouso não poderiam ser realizadas obras, por que as terras pertencem a ele.

Em virtude de tudo isto, é que suplico à Vossa Excelência a dar atenção especial a este caso. A vida dos caiçaras do Pouso da Cajalba é muito difícil, são pessoas humildes, simples, e dependem da própria terra para o seu sustento. O mesmo fato vai se repetindo com a juventude e com as crianças, que estão com o seu futuro ameaçado pela família Pacheco.

Exponho aqui nomes e idades de jovens e crianças que vivem no Pouso da Cajalba.

Camila Sousa Nascimento, 8 anos, Rafaela Sousa Nascimento, 2 anos, Josiane de Sousa, 9 anos, Carolina de Sousa, 7 anos, Maria Luisa de Sousa, 5 anos, Sofia de Sousa, 4 anos, Vitória de Sousa, 1 ano, Gilzélia de Sousa Nascimento, 15 anos, Gilzimar Luis do Nascimento, 16 anos, Leticia de Sousa do Nascimento, 7 anos, Denilson de Sousa Santos, Fabiano de Sousa Ricardo, 19 anos, Fernanda de Sousa Ricardo, 16 anos, Flávio de Sousa Ricardo, 21 anos, Fábio de Sousa Ricardo, Mislene de Sousa Ricardo, 17 anos (grávida), Silvana de Sousa Ricardo, 17 anos, William dos Anjos Sousa, 7 anos, Mirlidlene dos Anjos de Sousa, 5 anos, Natália dos Anjos de Sousa, Wesley dos Anjos de Sousa (recém-nascido), Tainá Ferreira de Sousa, 2 anos, Talia Ferreira de Sousa, 9 meses, Wanderlei Capitulino dos Remédios, 20 anos, Wagner dos Remédios, 17 anos, Daniela dos Remédios, 11 anos, Rosângela Henrique de Sousa, 19 anos, Danilo dos Remédios dos Santos, 9 anos, Rogério Custódio dos Santos, 4 anos, Filipe Custódio dos Santos, 6 anos, Olívia Custódio dos Santos, 3 anos, Renan Henrique do Nascimento e Ruan Henrique do Nascimento, 3 meses (gêmeos), Rafael Henrique do Nascimento, 3 anos, Josinete Sousa, 14 anos, Glisinei Sousa, 12 anos, Maria Luisa Sousa, 5 anos, Amanda Sousa, 4 anos, Luiz Miguel Sousa, 1 ano, Neuci Sousa, 6 anos, Valdemir Sousa, 18 anos, Valdemir Sousa, 20 anos e Lucinete Sousa, 22 anos.

Agradecida pela compreensão, finalizo.

Marinete Sousa